

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**NA RUA, NA CHUVA E NO MOVIMENTO: ESTUDO DA RECEPÇÃO MUDIÁTICA
PELOS MORADORES DE RUA DE CURITIBA**

CURITIBA

2010

LUCIANE BELIN

**NA RUA, NA CHUVA E NO MOVIMENTO: ESTUDO DA RECEPÇÃO MUDIÁTICA
PELOS MORADORES DE RUA DE CURITIBA**

Trabalho apresentado como pré-requisito para a conclusão da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso, do curso de Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

Orientação: Profª Dra Kelly Prudencio.

CURITIBA

2010

Agradecimentos

Ao meu companheiro Durval, que me acompanhou e me apoiou mesmo nos momentos mais difíceis deste curso e deste trabalho; à minha família, que soube respeitar meu espaço e sempre me deu suporte; aos amigos, pela paciência, pelo nervosismo compartilhado e pelos momentos de descontração; e à minha orientadora, Kelly Prudencio, que, em cada orientação me ajudava a enxergar caminhos e me clareava as ideias.

RESUMO

Os chamados moradores de rua são considerados pelo senso comum como pessoas à margem da sociedade, geralmente vítimas ou infratores. São, em geral, desconsiderados como público das informações da mídia e imprensa. Mas não se sabe quais são os meios de comunicação utilizados por esta população, quais ferramentas utilizam para acessá-los e sob que posicionamentos os enxergam. Este trabalho tem o objetivo de estudar o contato que esta população tem com os meios, como recebem, de que maneira selecionam as informações e qual sua opinião sobre a imprensa. Ao encará-los como sujeitos para observar os meios de comunicação sob sua ótica, é possível perceber que o desapego a um lar não necessariamente se estende à relação com a informação e que pode haver um interesse direcionado nas informações veiculadas pela imprensa e pelas outras mídias. Para analisar estes tópicos com um olhar atento à perspectiva dos sujeitos receptores, foram utilizados os Estudos Culturais ingleses e os Estudos de Recepção latino-americanos, que valorizam o público da mensagem, não apenas a produção da notícia.

Palavras-chave: Estudos culturais; estudo de recepção; moradores de rua; meios de comunicação

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	06
2. PANORAMA DA POPULAÇÃO DE RUA	13
2.1. Moradores de rua em Curitiba	15
3. CULTURA DE RUA: UMA QUESTÃO DE ESCOLHA	18
3.1. Cultura: um termo, muitos conceitos	19
3.1.1. A virada dos Estudos Culturais para a pesquisa em Comunicação	21
3.1.2. Estudos Culturais e recepção	29
4. RECEPÇÃO DA IMPRENSA PELOS MORADORES DE RUA DE CURITIBA	33
4.1. Mergulho no universo da rua	34
4.2. Comunicação de rua	36
4.2.1. Diferentes níveis de envolvimento	39
4.2.2. Veículos segmentados: o morador de rua como público-alvo	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	51
Bibliografia consultada	52
Anexo 01	53
Anexo 02	54

1. INTRODUÇÃO

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), um órgão federal, caracteriza como indivíduo em situação de rua todo cidadão que se afastou do lar, pelos mais diversos motivos: desde a ausência de uma família até o isolamento causado pelo consumo excessivo de álcool ou a discriminação.

Para estudar as condições de vida e traçar um perfil destas pessoas, o MDS realizou em 2008 uma pesquisa, utilizada para compor a Política Nacional para Inclusão da Pessoa em Situação de Rua (PNPR), que denomina como “morador de rua” ou “indivíduo em situação de rua” toda pessoa que tem como residência

calçadas, locais sob marquises, pontes e viadutos; parques e praças; praias, barcos na areia, balsas não utilizadas à noite; estações de trem, rodoviárias e portos; estradas de ferro desativadas e margens de rodovias; áreas internas de construções, túneis, galerias subterrâneas; depósitos e prédios abandonados; locais próximos aos pontos comerciais e às feiras; postos de gasolina e becos; cercanias de lixões, ferro velhos e locais de reciclagem. Também estava incluída a população que reside em albergues, abrigos, casas de passagem, casas de apoio, centros de convivência, igrejas, hospitais e clínicas. (MDS, 2008)

De uma forma mais conceitual, a PNPR define não apenas os espaços utilizados como moradia por estas pessoas, mas também quais as características sociais e motivacionais desta situação. Na definição do plano de inclusão do Governo Federal,

a população em situação de rua pode ser definida como um grupo populacional heterogêneo que tem em comum a pobreza, vínculos familiares quebrados ou interrompidos, vivência de um processo de desfiliação social pela ausência de trabalho assalariado e das proteções derivadas ou dependentes dessa forma de trabalho. Sem moradia convencional regular adota a rua como o espaço de moradia e sustento. Naturalmente, existem muitas outras especificidades que perpassam as pessoas em situação de rua e devem ser consideradas, como gênero, raça/cor, idade e deficiências físicas e mentais.²

O plano esclarece ainda que existem outras especificidades que devem ser levadas em consideração nas pesquisas relacionadas aos moradores de rua, como “gênero, raça/cor, idade e deficiências físicas e mentais” (MDS, 2008).

² Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em http://www.mds.gov.br/sites/banner-internas/politica-da-populacao-em-situacao-de-rua-e-bpc-na-escola/versao_da_pnpr_para_consulta_publica.pdf/download. Acesso em 21 de abril de 2010

Normalmente, quando mencionadas em veículos de comunicação ou em pesquisas, as pessoas que vivem nesta condição são encaradas como infratoras, pedintes ou vítimas – ou seja, indivíduos sem opção e sem voz na sociedade. As iniciativas voltadas para este público são normalmente relacionadas à moradia – mesmo que temporária –, saúde e higiene. Raras ou inexistentes são as análises que consideram esta população na posição de sujeitos de suas próprias escolhas.

É desconhecida a existência de uma recepção das informações veiculadas na mídia e imprensa pelos moradores de rua e a influência deste processo receptivo em suas opiniões. Tal desconhecimento justifica a falta de direcionamento das notícias a este público, isto é, não se sabe se eles “consomem” notícias, se interpretam as informações e se estas são de alguma relevância em suas vidas, por isso não se produz notícias pensando no entendimento por parte desta população.

Não sendo público-alvo para os principais meios de comunicação, eles podem ser considerados indivíduos à parte da sociedade, incapazes de interpretar ou questionar as mensagens recebidas – quando recebidas – da mídia. Neste processo de desconsideração, não são levados em conta processos implícitos na comunicação, como as mediações – conceito cunhado pelos Estudos de Recepção, que sugerem que o processo de recepção engloba mecanismos que interferem na forma como a mensagem será interpretada. No caso dos moradores de rua, tais mecanismos podem ser tanto as condições de vida quanto as relações entre os indivíduos deste segmento social e a diferença entre o tempo da transmissão e o período em que as notícias são recebidas.

E muito embora essa população seja *objeto* de tratamento jornalístico, quando se trata, por exemplo, de políticas de combate à mendicância, dificilmente ela é concebida como *sujeito* de sua própria história. Esta pesquisa justifica-se, portanto, na contribuição para a compreensão e o conhecimento deste fenômeno de não consideração dos moradores de rua *como público para a imprensa*.

De acordo com a PNPR, Curitiba, capital do Estado do Paraná, é a terceira cidade com maior número de indivíduos em situação de rua de todo o Brasil. O levantamento, realizado em

71 municípios com mais de 300 mil habitantes e 23 capitais – independente da população –, indica que 2.776 pessoas residem pelas ruas da capital paranaense³.

Importante ressaltar que não foram consideradas na pesquisa quatro das principais cidades brasileiras, provavelmente as que têm maior contingente populacional de rua: São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre. A justificativa para a exclusão utilizada pelo MDS foi que as três primeiras “havia realizado pesquisas semelhantes em anos recentes”. Para a capital gaúcha, a justificativa foi que esta “solicitou sua exclusão da amostra por estar conduzindo uma pesquisa de iniciativa municipal simultaneamente ao estudo contratado pelo MDS” (MDS, 2008). Entendem-se as justificativas, mas é preciso ressaltar que a não inclusão de cidades como São Paulo, por exemplo, que, sabe-se, é a mais populosa do Brasil, pode ter influenciado os resultados da pesquisa e alterado os índices gerais, traçando um panorama que distorce o perfil do morador de rua brasileiro⁴.

O senso comum relacionado a esta população é de que ela é formada por indivíduos incultos e analfabetos, com pouco ou nenhum contato com os meios de comunicação, o que os torna alienados e ignorantes dos acontecimentos da sociedade e incapacitados – ou desencorajados – a lutar por mudanças ou buscar melhorias em sua condição social. Ou seja, supondo-se que o contato com os meios de comunicação existe, o morador de rua pode ser considerado então o receptor perfeito descrito na teoria funcionalista. Um indivíduo desprovido de consciência crítica, que simplesmente recebe a mensagem da mesma forma que os demais, sem capacidade ou intenção de interpretação, apenas aceitando o conteúdo que lhe é imposto.

Esta definição faz parte ainda de uma concepção frequentemente presente nos primeiros estudos sobre a comunicação, que trata da sociedade como um amontoado de mentes idênticas desprovidas de capacidade de interpretação. Segundo Wolf, estas teorias postulavam que "a massa é constituída por um conjunto homogêneo de indivíduos que, enquanto seus membros, são

³Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em www.mds.gov.br/arquivos/sumario_executivo_pop_rua.pdf. Acesso em 21 de abril de 2010

⁴ Os dados da pesquisa realizada em todo o Brasil não incluem a cidade de São Paulo, já que um levantamento semelhante foi realizado pela prefeitura da capital paulista. Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/observatorio_social/pesquisas/index.php?p=20
[13](#)

essencialmente iguais, indiferenciáveis, mesmo que provenham de ambientes diferentes, heterogêneos, e de todos os grupos sociais” (WOLF, 2001, pg. 25). Portanto, supondo que os moradores de rua se expõem aos meios de comunicação e que seja aceito o senso comum sobre eles, tal conceito poderia ser aplicado a eles.

Diante da imagem criada dos moradores de rua, algumas importantes questões podem ser levantadas. Como se dá o processo de convívio social e transmissão das mensagens recebidas da imprensa entre os moradores de rua? Eles têm alguma forma de contato com os meios de comunicação? Leem jornais, revistas, panfletos ou qualquer outro veículo impresso? Ouvem rádio ou assistem televisão? Como é o processo que permite tal acesso aos meios? E, principalmente, como interpretam as mensagens recebidas? Como transmitem ou compartilham as informações entre demais indivíduos na mesma situação? Suas experiências de vida influenciam a interpretação? Qual seu posicionamento diante das informações recebidas e diante da imagem que a imprensa cria sobre a população que vive nas ruas?

As respostas para esses questionamentos são indispensáveis para mapear a cultura dos moradores de rua e facilitar o conhecimento deste meio social. Na tentativa de obter dados que possam colaborar para que tais questões sejam respondidas, a presente pesquisa tem como objetivo analisar a rotina de vida dos moradores de rua – tendo como universo de pesquisa apenas o moradores de rua da região central de Curitiba – e obter subsídios para estudar a relação destes com a imprensa, uma vez que, em geral, as iniciativas voltadas aos moradores em situação de rua são direcionadas a aspectos relacionados à saúde, alimentação, moradia ou educação.

O problema está concentrado nas seguintes questões: os indivíduos que se encontram em situação de rua no centro de Curitiba leem jornais e revistas? Assistem televisão ou escutam rádio? De que forma isso acontece? Quais suas opiniões a respeito da imprensa e da imagem criada por ela da vida nas ruas?

Levantar informações que possam nos aproximar das respostas para estes questionamentos, portanto, é o objetivo desta pesquisa, que visa analisar as condições da recepção das informações dos meios de comunicação pela população em situação de rua do centro de Curitiba, a importância e/ou influência que ela exerce sobre a vida dos indivíduos pesquisados e a forma como interagem com a informação.

Duas bases teóricas nortearam esta pesquisa: os Estudos Culturais e os Estudos de Recepção. Ambas utilizam as chamadas pesquisas qualitativas, desenvolvidas inicialmente na Escola de Chicago, que pode ser considerada a precursora desta metodologia, por conta de seus estudos da imigração e da adaptação dos imigrantes à sociedade estadunidense, além de uma análise única das gangues da cidade de Chicago.

Uma das contribuições mais importantes dos sociólogos da Escola de Chicago foi o desenvolvimento de métodos originais de investigação: utilização científica de documentos pessoais, trabalho de campo sistemático, exploração de diversas fontes documentais. Claramente orientados para o que é hoje chamado de sociologia qualitativa, tais métodos foram contemporâneos, na própria Chicago, de uma sociologia quantitativa, que viria a suplantá-la a partir da Segunda Guerra Mundial (COULON, 1995, p.08).

A análise dos dados coletados foi norteada pela segunda perspectiva, os estudos dos autores latino-americanos sobre a recepção das mensagens e o papel do receptor. Os estudos de recepção questionam as primeiras teorias da comunicação norte-americanas que criaram o modelo comunicativo “condutivista” (MARTÍN-BARBERO, 1995, p.41). Na concepção de Jesus Martín-Barbero, esta epistemologia de simples condução da informação engana-se ao pregar que

a iniciativa da atividade comunicativa está toda colocada no lado do emissor, enquanto do lado do receptor a única possibilidade seria a de reagir aos estímulos que lhe envia o emissor. Essa concepção epistemológica condutista realmente faz da recepção unicamente um lugar de chegada e nunca um lugar de partida, isto é, também de produção de sentido. (MARTÍN-BARBERO, 1995, p.41).

Os estudos de recepção concebem o conceito de mediações nos processos comunicativos, sugerindo que a recepção introduz mecanismos que interferem na forma como a mensagem será interpretada. Uma delas é o conceito de “destempos” (MARTÍN-BARBERO, 1995, p.44), que se insere no contexto como uma anacronia do processo. A mensagem é transmitida em um determinado contexto e é passível de variações se levados em consideração os processos de transição entre o emissor e o receptor.

Esta concepção teórica data dos primeiros estudos realizados na América do Norte e não leva em consideração o papel do receptor nem os ruídos da transmissão da mensagem. O indivíduo não possui capacidade de analisar e interpretar, recebe a informação como se esta fosse introduzida através de uma agulha. Este paradigma, que ficou conhecido com a “Teoria hipodérmica”,

defendia a visão de que as mensagens massmediatizadas têm um impacto direto nas pessoas, produzindo inevitavelmente comportamentos prognosticáveis; esses efeitos aconteciam em todas as pessoas, fossem quais fossem os atributos sociais ou psicológicos do indivíduo; e todas as pessoas eram membros iguais de uma audiência de massas que respondia de forma igual a todos os estímulos midiáticos (TRAQUINA, 2001, p.15).

Embora tal teoria já tenha sido anulada por estudos posteriores e pesquisas que demonstraram existir interferências do receptor no processo comunicativo, ainda existe um senso comum em torno da “atomização” dos indivíduos menos instruídos, especialmente dos moradores de rua.

Para esta pesquisa em particular, os estudos de recepção permitiram analisar a incidência das experiências pessoais de tais indivíduos sobre a recepção da mensagem e qual seu papel na concepção de informação e comunicação da categoria estudada, ou seja, se e de que forma os moradores de rua recebem as mensagens que são transmitidas pela televisão, rádio, jornais e pelas revistas.

Para evitar a influência do senso comum e por se tratar de um trabalho realizado sem nenhum conhecimento prévio do universo analisado, a pesquisa não levantou previamente nenhuma hipótese de resultados.

Inicialmente, o caminho objetivado para realizar a pesquisa foi a Fundação de Ação Social (FAS), órgão ligado à Prefeitura Municipal de Curitiba e responsável pelo cuidado com esta população. Mas por conta da excessiva burocracia envolvida com o processo de visita aos abrigos e albergues públicos, e da necessidade de documentações como um parecer do Comitê de Ética, a pesquisa foi impedida de ser realizada por estas vias. Seria preciso ainda um parecer da Universidade Federal do Paraná, que não possui um comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas, o que exigiria recorrer ao comitê das Ciências da Saúde e submeter-se aos seus prazos.

Por fim, em virtude destas dificuldades e da relação de instabilidade e desconfiança que a própria população de rua apresenta com a FAS, as entrevistas foram possibilitadas por outros caminhos, com o intermédio do Ministério Público do Paraná, que se mostrou aberto à participação e às visitas, bem como sediou parte das abordagens.

Partindo disso, encarar os moradores de rua como sujeitos foi possível utilizando entrevistas semi-estruturadas com abordagem livre, com um pré-roteiro flexível, a partir do qual

as questões foram adaptadas a cada entrevista, de acordo com as respostas e sinalizações dos inquiridos. A expressividade e a intencionalidade presente nas falas de cada um dos indivíduos pesquisados foram levadas em consideração no momento da análise. Através da leitura atenta das transcrições, dos comentários acerca do comportamento dos inquiridos durante as entrevistas e dos documentos coletados, foi possível levantar as principais ideias sobre o contato dos indivíduos em situação de rua com os meios de comunicação e analisar as influências das suas experiências de vida e da situação em que vivem sobre a interpretação das mensagens veiculadas na mídia e imprensa.

O apoio direto do Ministério Público e as atividades do Movimento Nacional da População em Situação de Rua, bem como a preocupação com as informações publicadas sobre quem vive nestas condições e o acompanhamento dos meios de comunicação por uma parte significativa dos entrevistados são algumas das situações verificadas ao longo desta pesquisa.

2. PANORAMA DA POPULAÇÃO DE RUA

De acordo com uma Pesquisa Nacional da População em Situação de Rua, realizada pelo MDS⁵ em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), a população considerada em situação de rua corresponde a 0,06% do contingente brasileiro⁶, o que equivale a 31.922 pessoas (maiores de 18 anos).

São, em sua maioria, pessoas em idades consideradas economicamente ativas. A parcela que se refere aos homens é de 82%, estando 69,5% destes na faixa etária de 25 a 54 anos. Já a população de rua feminina tem uma concentração maior entre os 18 e 34 anos, 52,2%. “Com relação à raça/etnia, 39,1% das pessoas em situação de rua se declararam pardas para 29,5% que se declararam brancos e 27,9% consideraram-se pretos” (MDS, 2008, p. 10).

Um número importante a ser analisado é a escolaridade constatada por essa pesquisa. De acordo com ela, 74% dos moradores de rua entrevistados sabem ler e escrever, enquanto 8,3% sabem redigir apenas o próprio nome e 17,1% são analfabetos. Dos participantes da pesquisa, 5% afirmaram também ainda estar estudando em ensino formal ou profissionalizante. Estes números se mostram bastante significativos e são importantes também se relacionados ao percentual de indivíduos empregados. 70,9% relataram ter algum tipo de trabalho, enquanto 15,7% assumiram sobreviver pedindo dinheiro nas ruas.

Tanto a escolaridade dos moradores em situação de rua quanto a taxa de pessoas com algum vínculo empregatício (formal ou não) contrariam de alguma maneira o senso comum relacionado à falta de instrução desta população. O fato de haver escolaridade no currículo de três quartos dos moradores em situação de rua demonstra também que há a possibilidade de existir o contato mais próximo com a imprensa escrita ou com a leitura de um modo geral.

Outro dado importante que pode ser mencionado é o motivo que levou as pessoas a esta situação. Em 35,1% dos casos, o motivo do abandono do lar é relacionado a problemas com

⁵ Todos os dados deste capítulo foram retirados desta pesquisa, datada de 2008 e a primeira em âmbito nacional. O levantamento não considerou a amostragem de cidades que já haviam realizado trabalhos semelhantes: Belo Horizonte-MG, São Paulo-SP, Recife-PE e Porto Alegre-RS.

⁶ De acordo com a atualização online do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a população nacional está fixada em 192.813.381. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/disseminacao/online/popclock/popclock.php>. Acesso em 21 de abril de 2010

drogas ou alcoolismo, enquanto 29,8% apontaram o desemprego como fator causador e outros 29,1% afirmaram ter encontrado problemas familiares.

Ao contrário do que se imagina quando não se está em contato com os moradores de rua, esta população busca algum tipo de organização para reivindicar seus direitos por meio de iniciativas como o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR). Criado em 2005, durante o 4º Festival Lixo e Cidadania, em Belo Horizonte (MG), o movimento é uma organização que reúne representantes em quase todos os estados brasileiros e que fazem a ponte entre a população de rua e os governos municipais, estaduais e federais.

Embora a criação oficial seja datada de 2005, o grupo começou a se estruturar a partir de uma série de mobilizações em prol dos direitos humanos para pessoas sem teto e com base em incidentes como a famosa chacina da Praça da Sé, em São Paulo, onde sete moradores de rua foram assassinados.

Desde então, o movimento vem se estruturando em várias capitais brasileiras, como Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Curitiba, entre outras, onde recebe o apoio de entidades federais e estaduais, especialmente. Em 2006, o presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva criou um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), que reuniu representantes de vários ministérios para estudar políticas de inclusão da política em situação de rua. A partir de então, o movimento vem recebendo apoio direto também de órgãos como o Ministério Público da Federal, que vem se mostrando um dos principais incentivadores da mobilização desta população.

O MNPR é coordenado por Estado, sendo que em geral os líderes regionais são atuais ou ex-moradores de rua recentes. No grupo, a função destes representantes é colher as reivindicações da categoria e levá-las a entidades como as Fundações de Ação Social, coletivos e ONGs, Ministério Público e o próprio governo federal – por meio de reuniões periódicas entre as lideranças e o presidente da república. Estes representantes atuam como intermediários entre os órgãos de apoio e a população, levando também a estas pessoas notícias sobre as principais conquistas e novidades relacionadas aos moradores de rua.

Desde a fundação do movimento, são realizados eventos periódicos nos mais variados segmentos, voltados a quem vive nestas condições. Fóruns de saúde, educação, segurança pública, além de encontros artísticos e debates para discutir políticas de moradia são os mais

frequentes, embora em algumas ocasiões os encontros sejam motivados por outros fatos ou ocorram com outros formatos, como as caminhadas até Brasília, onde o grupo reúne a população de rua de cada uma das cidades ligadas ao movimento e realiza uma marcha coletiva à capital.

De acordo com a página do MNPR na internet⁷, o

Movimento Nacional de População de Rua (MNPR) é um movimento social composto de pessoas que vivem ou viveram em situação de rua e que se põem em movimento pela conquista dos direitos que a elas são negados. Em sua concepção política, movimentos sociais são compostos pelo povo, normalmente excluídos de algum direito. Os sem-tetos lutam por teto, desempregados por trabalho etc. No caso da população de rua a luta não se restringe ao teto, ao trabalho ou à terra.⁸

Na mesma página, a organização do movimento ressalta a importância da organização da população de rua e a união a outros grupos e minorias sociais para garantir a melhoria na qualidade de vida dos brasileiros.

2.1. Moradores de Rua em Curitiba

Em Curitiba, o órgão público responsável pelo controle, acolhimento, direcionamento e acompanhamento dos moradores de rua é a Fundação de Ação Social (FAS), ligada à Prefeitura Municipal. De acordo com dados fornecidos pela fundação, o número de habitantes vivendo em situação de rua na capital paranaense é de 1.095. Dado que difere do número de 2.776 moradores, constatado no levantamento divulgado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome que está sendo utilizado como base nesta pesquisa.

Por conta das dúvidas quanto ao contingente habitacional das ruas de Curitiba, não é possível saber também se e até que ponto os dados nacionais referentes à escolaridade, motivação, entre outros, se confirmam na capital do Paraná. De acordo com a FAS, por exemplo, a idade média da maioria dos indivíduos de rua em Curitiba é de 26 a 35 anos, quando a nacional é mais abrangente, de 26 a 54 anos.

⁷ Criada por um coletivo formado por voluntários do Estado de São Paulo para atuar como uma nova ferramenta de apoio à causa do movimento.

⁸ Disponível em: http://www.falarua.org/index.php?option=com_content&view=article&id=62&Itemid=80. Acesso em 28 de outubro de 2010

Apesar de contestar o dado numérico do MDS, a FAS segue, para o atendimento desta população, as diretrizes formuladas na Política Nacional para Inclusão da Pessoa em Situação de Rua (PNPR), já citada neste trabalho e elaborada em parceria com o MNPR – que tem representantes em Curitiba. Segundo o site da fundação, sua atual proposta “inclui o estabelecimento de uma rede de proteção que abrange as áreas de direitos humanos, assistência social, educação, saúde, segurança alimentar e nutricional, trabalho, esporte, cultura e lazer”⁹ aos habitantes da cidade desprovidos de moradia fixa.

Ainda segundo a página do órgão na internet, o programa de amparo e assistência social está baseado na “Lei 11258/2005, que altera a redação do artigo 23º da Lei Orgânica da Assistência Social – Lei 8742/1993”¹⁰, e inclui o fornecimento de instalações como os abrigos e o resgate social.

Ligada à Ação Social, a unidade responsável por atender diretamente os moradores de rua é o Centro de Resgate Social, que objetiva recolher as pessoas e encaminhá-las a abrigos e albergues, traçar perfis que envolvem desde o tempo de permanência nos espaços urbanos até os locais onde estas pessoas ficam durante a maior parte do seu tempo, além de prestar “serviços que abrangem abordagem de rua, higienização, albergagem, atendimento de saúde, triagem, investigação social e encaminhamentos necessários para a rede de proteção social.”¹¹

A grande maioria das iniciativas direcionadas aos moradores de rua é voltada ao recolhimento para os albergues e tem como objetivo fornecer um espaço de abrigo para que as pessoas não passem as suas noites na rua. O incentivo à higiene e a disponibilização dos cuidados com a saúde são geralmente os principais auxílios fornecidos – ou, ao menos, são os que se pode oferecer de imediato, no momento do atendimento.

Programas de reabilitação e interação social também são disponibilizados em locais como o Centro de Convivência Casa João Dorvalino Borba, mantido pela Prefeitura Municipal em parceria com ONGs voltadas a este público. Aberta apenas durante o dia, a casa é um espaço

⁹ Informações pouco aprofundadas sobre a situação dos moradores de rua de Curitiba são encontradas na página da FAS na internet, sem muitos detalhes sobre um perfil dos indivíduos nesta população. A citação utilizada está disponível em <http://www.fas.curitiba.pr.gov.br/conteudo.aspx?id=144>. Acesso em 24 de abril de 2010.

¹⁰ Disponível em <http://www.fas.curitiba.pr.gov.br/conteudo.aspx?id=144>. Acesso em 24 de abril de 2010.

¹¹ Disponível em <http://www.fas.curitiba.pr.gov.br/conteudo.aspx?id=145>. Acesso em 24 de abril de 2010.

onde a população de rua de Curitiba pode fazer refeições noturnas, higiene pessoal, lavagem de roupas e lazer – o local disponibiliza quadras esportivas, mesa de pingue-pongue e televisão.

Na capital paranaense, a população de rua conta com representantes no Movimento Nacional da População de Rua e possui uma organização que, nos últimos anos, tem trazido conquistas como a maior atenção com o resgate social, a alimentação e trabalho para parte dessa população. Os representantes do Movimento se reúnem semanalmente na sede do Ministério Público da cidade, que apoia as atividades e acompanha todo o movimento da organização.

3. CULTURA DE RUA: UMA QUESTÃO DE ESCOLHA

O termo sugerido pelos órgãos públicos para definir a população que vive nas ruas é “indivíduos em situação de rua”. Entretanto, a rua, para muitos deles, pode ser muito mais do que apenas uma situação, mas uma espécie de “filosofia de vida” que faz parte da cultura destas pessoas. Como revelado pela pesquisa do Ministério do Desenvolvimento Pessoal e Combate à Fome (MDS), morar na rua, preferir as calçadas e viadutos ao invés dos abrigos e albergues públicos é uma opção para a maioria destas pessoas, por vários motivos.

Tal opção pode ser uma manifestação de cultura de liberdade que eles preferem praticar, ou pode caracterizar apenas uma escolha pessoal, influenciada por vários fatores. Assim como os motivos que determinam a preferência dos moradores de rua pelos espaços públicos fazem parte da cultura desta população, a comunicação entre os indivíduos que integram esta “categoria” e a forma como recebem, interpretam e carregam para sua vida as informações da imprensa e dos demais meios também são elementos característicos e intrínsecos a eles. Ou seja, ler jornal ou revista, ver televisão, ouvir rádio, ou conversar sobre as notícias é uma decisão individual que pode também significar uma representação cultural dos moradores de rua.

Para analisar tais motivos destas pessoas e tratá-las como sujeitos, dotados de poder de escolha e de opiniões próprias, é preciso se desvencilhar de “pré-conceitos” e de opiniões já formadas, assim como do senso comum que os trata apenas como vítimas ou como infratores.

Nas teorias relacionadas à comunicação e aos processos sociais, a escola teórica que melhor se adéqua ao embasamento deste formato de análise é a dos Estudos Culturais, bem como a temática dos Estudos de Recepção, que sugerem aos pesquisadores que se insiram na cultura dos “objetos” de estudo para entender melhor os processos que os envolvem; encaram os receptores de informação também como produtores de significados, atitudes e situações, não apenas como sujeitos passivos.

A metodologia empregada nos Estudos Culturais é a pesquisa qualitativa, que evita os questionários fechados e a indução a determinadas respostas, conferindo maior liberdade para que o sujeito entrevistado possa se manifestar de acordo com suas necessidades e seus impulsos. Nela, manifestações dos mais variados formatos, gestos, interjeições e silêncios também são considerados como expressão dos sujeitos.

Assim como a inserção do pesquisador no meio analisado e a utilização de documentos dos indivíduos que são alvo das análises, que também podem ser empregados em pesquisas que constituem os estudos culturais e de recepção, as investigações qualitativas são fruto de uma perspectiva teórica norte-americana datada no início do século XX, a Escola de Chicago. Em seus trabalhos direcionados à análise do comportamento das gangues da cidade e também da adaptação dos imigrantes, entre outros, os investigadores cunharam esta metodologia que firmou-se como uma das mais importantes na comunicação e nas áreas do conhecimento que envolvem grupos sociais e populações diversas, como a sociologia e a antropologia.

3.1. Cultura: Um Termo, Muitos Conceitos

Para falar de Estudos Culturais ou mesmo de Estudos de Recepção, é imprescindível antes discutir o conceito de cultura – temática que serve como base e como pano de fundo para suas pesquisas – e a maneira como ela é encarada pelos pesquisadores destas vertentes.

No livro *A Ideia de Cultura*, Terry Eagleton¹² discute a evolução do conceito de cultura desde a raiz gramatical da palavra até as mais complexas interpretações do termo. O autor explica que “cultura” (em inglês, *culture*) é uma derivação da raiz latina *colere*, “que pode significar qualquer coisa, desde cultivar e habitar a adorar e proteger”. (EAGLETON, 2005, p.10) Esta abertura que permite à raiz abarcar “qualquer coisa” parece ter sido também incorporada pela cultura, já que este termo também pode significar tantos processos.

Nas mais variadas escolas teóricas, a cultura é visualizada sob aspectos diferentes e com significados diversos. A chamada Teoria Crítica, por exemplo, tem como um dos principais objetos de pesquisa a Indústria Cultural e a forma como ela altera o “espírito” da arte, unindo a cultura de elite e a cultura popular e diminuindo o espaço entre os elementos desta dicotomia, transformando a cultura numa mercadoria e o processo artístico em comercial. A indústria cultural estende o alcance dos elementos artísticos, antes só disponíveis para uma pequena parcela da sociedade: as mais belas e famosas pinturas de artistas clássicos, as canções

¹² Pseudônimo de Thomas Warton, teórico inglês que foi aluno de Raymond Williams na Universidade de Cambridge.

compostas por grandes cantores contemporâneos, as obras de arte caríssimas que enfeitam os museus e as casas das famílias mais abastadas. Tudo isso pode ser reproduzido, massificado.

A ampliação do alcance da cultura, para os autores da Teoria Crítica, extingue – ou compromete, prejudica – as particularidades de ambas: da cultura de elite, porque elimina a exclusividade e a “aura” que tanto engrandece a obra de arte, e da cultura popular, pois influencia com as reproduções da alta cultura as manifestações mais peculiares de cada povo. As classes operárias, então, seriam as mais prejudicadas, pois consomem produtos culturais que geram uma alienação, uma ilusão de vida. “A nova produção cultural tem a função de ocupar o espaço do lazer que resta ao operário e ao trabalhador assalariado depois de um longo dia de trabalho, a fim de recompor suas forças para voltar a trabalhar no dia seguinte, sem lhe dar trégua para pensar sobre a realidade miserável em que vive.” (FREITAG, 1994, p. 72).

Entretanto, a Indústria Cultural e sua influência sobre a maneira como as pessoas escolhem suas atividades de lazer e buscam a arte é só um dos aspectos envolvidos por este conceito. A “cultura” pode ser tudo o que envolve as manifestações próprias de uma determinada população. São as características sociais, de vida, de trabalho, de lazer, de engajamento político, entre tantas outras coisas, que são comuns a uma comunidade. “A palavra [cultura], assim, mapeia em seu desdobramento semântico a mudança histórica da própria humanidade da existência rural para a urbana, da criação de porcos a Picasso, do lavrar do solo à divisão do átomo” (EAGLETON, 2005, p.10).

Partindo desta abrangência diversificada, os pesquisadores que formam a escola dos Estudos Culturais realizam seus principais trabalhos relacionados à comunicação. Entre eles, Raymond Williams destaca-se pelo esforço em “mapear” as definições da cultura e a forma como ela se manifesta em contextos variados. Segundo Eagleton, em suas investigações Williams conseguiu distinguir

sentidos modernos principais da palavra. Com base em suas raízes epistemológicas no trabalho rural, a palavra primeiro significa algo como ‘civildade’; depois, no século XVIII, torna-se mais ou menos sinônima de ‘civilização’, no sentido de um processo geral de progresso intelectual, espiritual e material. Na qualidade de idéia, civilização equipara significativamente costumes e moral. (EAGLETON, 2005, p.19)

A conceituação de cultura como civilização pode ser, para Eagleton, contraditória. É positiva, quando considera como civilização um grupo de pessoas que compartilham costumes, atividades e pensamentos, mas pode ser negativa quando este grupo está centrado em apenas um

determinado lugar, e tudo o que está fora dele deixa de ser considerado cultura. Por exemplo, quando a população rural ou a indígena, que fica longe dos centros urbanos e da tecnologia que estes implicam, são considerados indivíduos não civilizados. O fato de estarem distantes não significa que não compõem suas próprias civilizações; são, mas com sua civilidade, sua cultura própria.

Ou seja, a cultura é encontrada em tudo, é representada em todos os setores das sociedades e pelas sociedades, e não só manifesta a forma como a população vive, mas também é a própria vida da população. Em termos menos gerais, Williams apresenta

quatro significados distintos de cultura: como uma disposição mental individual; como o seu estado de desenvolvimento intelectual de toda uma sociedade; como as artes; e como o modo de vida total de um grupo de pessoas. Poder-se ia considerar o primeiro destes como demasiado restrito e o último amplo demais, mas Williams tem um motivo político para essa definição final, já que restringir a cultura às artes e à vida intelectual é arriscar-se a excluir a classe operária dessa categoria. (EAGLETON, 2005, p. 56)

As pesquisas de Williams sobre os significados da cultura e os estudos desenvolvidos primeiramente por Hoggart e Thompson e, mais tarde, por Hall e os demais pensadores dos *Cultural Studies* foi fundamental para a mudança da forma como este termo é encarado. Segundo Mattelart e Neveu, com a escola de Birmingham, “a Cultura deixa de ser analisada sob o aspecto frankfurtiano [*Teoria Crítica*], deixa de ser vista sob o aspecto da influência e extensão às classes operárias e trabalhadoras, à população em geral.” (MATTELART e NEVEU, 2004, p. 92).

Se não foi por meio dos Estudos Culturais, foi com a ajuda deles que a cultura passou a ser entendida, ao menos estudada, também como a representação dos costumes de um povo, a forma como este pratica suas atividades no cotidiano, como se diverte, quais são suas manifestações artísticas e como ele se expressa. E, não apenas isso, mas as consequências sociais e até políticas da cultura. “As atividades culturais das classes populares são analisadas para ‘interrogar as funções que elas assumem perante a dominação social’. Se a cultura é o núcleo do comportamento, ela o é como ponto de partida de um questionamento sobre seus desafios ideológicos e políticos.” (MATTELART e NEVEU, 2004, p. 72).

3.1.1. A Virada dos Estudos Culturais para a Pesquisa em Comunicação

A história dos estudos em comunicação mostra que estes foram, inicialmente e em sua maioria, centrados na análise dos meios e das mensagens veiculadas pela imprensa e demais

meios de comunicação. Quando surgiram as primeiras teorias que tentaram desvendar os processos comunicativos, as pesquisas voltadas ao entendimento do jornalismo, da publicidade e da comunicação como um todo levavam em consideração apenas a produção do conteúdo e a forma (meios) como este era reproduzido.

A audiência era concebida como um conjunto de classes etárias, de sexo, de casta, etc., mas dava-se pouca atenção às relações que lhe estavam implícitas ou às ligações informais. Não porque os estudiosos de comunicações de massa ignorassem que os componentes do público tinham família e grupos de amigos, mas porque se considerava que nada disso influenciava o resultado de uma campanha propagandística, ou seja, relações informais entre as pessoas eram tidas como irrelevantes para as instituições da sociedade moderna (KATZ, GUREVITCH, HAAS¹³. Citado em WOLF, 2001, p. 30).

E esta questão da influência das relações interpessoais foi apenas uma das que demorou para ser abordada nos estudos da comunicação. Apenas por volta dos anos 1950, percebeu-se uma necessidade de analisá-la não apenas em setores mais específicos, mas também de ângulos e perspectivas diferenciadas do que já estava sendo feito. Uma das primeiras iniciativas que visava estudar grupos sociais distintos foi o *Center for Contemporary Studies of Birmingham (CCCS)*, filiado à Universidade de Birmingham, na Inglaterra, fundado em 1964.

Comandado inicialmente por Richard Hoggart, o centro era uma unidade da instituição que realizava análises de estruturas e situações comunicacionais e sociais de diversas origens, levando em consideração um fator de extrema importância para o “resultado” da comunicação, desconsiderado – ou minimizado – em grande parte das análises comunicativas: a cultura. Lançado em 1957, o livro *The uses of literacy: Aspects of working-class life with special references to publications and entertainments (Os usos da alfabetização: aspectos da vida da classe trabalhadora com especiais referências a publicações e entretenimento)*, de Hoggart, é considerado a obra inaugural de uma escola que se chamaria *Cultural Studies*.

Em sua obra, Hoggart aborda os mais variados aspectos culturais relacionados à classe trabalhadora inglesa, especialmente aqueles ligados aos veículos de informação dirigidos a este público-alvo. “O autor discute a cultura difundida em meio à classe operária pelos modernos meios de comunicação. Depois de haver descrito com muita fineza etnográfica a paisagem

¹³ KATZ, E.; GUREVITCH, M.; HAAS, H, Communication Research and the Image of Society: Convergence of Two Traditions. *American Journal of Sociology*, 1969, vol. 65, n.º 5. Citado em WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Presença, 2001.

cotidiana da vida popular, o professor de língua inglesa analisa como as publicações destinadas a este público se integram a esse contexto” (MATTELART e NEVEU, 2004, p. 42).

A necessidade de analisar a cultura popular dos trabalhadores ingleses e de promover estudos da comunicação utilizada por e direcionada às classes operárias nasceu da proximidade do próprio autor com tais categorias. Hoggart nasceu e cresceu entre o operariado e passou boa parte de sua vida acompanhando suas manifestações. Este acompanhamento e a condução de pesquisas tendo os trabalhadores como protagonistas resultaram numa obra influenciada pelas experiências pessoais, mas com um viés social. Segundo Ana Carolina Escosteguy, um livro que é, “em parte, autobiográfico, e, em parte, história cultural do meio do século XX” (ESCOSTEGUY, 2006, p. 139).

Por conhecer a convivência e a forma como as mensagens veiculadas pelos meios de comunicação eram recebidas entre os membros da classe operária, Hoggart podia perceber que tais indivíduos não eram simples receptores que captavam na íntegra o que os produtores do conteúdo queriam passar, mas que tinham sua própria forma – não apenas de um grupo, mas individualmente – de entender as notícias e as mensagens a eles direcionada. Ou seja, as classes operárias não eram apenas submetidas aos meios de comunicação, mas eram também sujeitos que, ao receber as mensagens, tinham sua própria forma de agir sobre estas, interpretando-as e compartilhando-as entre si.

Os aspectos abordados pela obra de Hoggart e seu objeto de pesquisa foram semelhantes a outros trabalhos realizados na universidade. “Nesta primeira etapa dos Estudos Culturais, ainda plenamente concentrada na Escola de Birmingham, a pesquisa estava delimitada, principalmente nas seguintes áreas: as subculturas, as condutas desviantes, as sociabilidades operárias, a escola, a música e a linguagem.” (ESCOSTEGUY, 2006, p.146).

Apesar de o título de “pai” dos *Cultural Studies* recair apenas sobre Hoggart, ele não trabalhou sozinho para fundar esta escola teórica. Outro importante estudioso, considerado o responsável pela mudança de perspectiva na utilização do termo “cultura” e pela inclusão dos procedimentos sociais das classes menos privilegiadas no contexto cultural da população, foi Raymond Williams. Sua obra *Culture and society* (1958), discute justamente a tradição de se considerar a cultura como essencialmente formada pelos produtos artísticos de elite, e a importância de incluir as manifestações comunicacionais e os costumes do cotidiano – mas não

apenas isso – na categoria dos processos culturais. O livro “constrói um histórico do conceito de cultura, culminando com a idéia de que a “cultura comum ou ordinária” pode ser vista como um modo de vida em condições de igualdade de existência com qualquer outro” (ESCOSTEGUY, 2006. p.139).

Por meio da obra de Williams, o trabalho realizado pelos Estudos Culturais passou a analisar a cultura de um ponto de vista mais antropológico, mais social, econômico e político, em detrimento da visão unicamente artística, mas levando em consideração também a produção coletiva da cultura. Ou seja, para ele a cultura popular é

continuamente refeita e redefinida pela prática coletiva de seus membros, e não aquela na qual valores criados pelos poucos são depois assumidos e vividos passivamente pelos muitos. Para esta, ele prefere a expressão ‘cultura em comum’. A noção de Williams de uma cultura comum é, assim, inseparável da mudança radical socialista. (EAGLETON, 2005, p.169)

Outro autor de importante contribuição para o desenvolvimento dos *Culturais Studies* foi o historiador Edward P. Thompson. Com *The making of the english working-class* (em português, *A formação da classe operária inglesa*, de 1963), ele faz um retrato da classe operária e da influência do capitalismo sobre a vida dos trabalhadores, suas manifestações pessoais, suas formas de lazer e de descontração, engajamento social e religioso.

As experiências de cada indivíduo e a maneira como as experiências comuns determinam o comportamento de uma população é um dos pontos chave dos pesquisadores de Birmingham e o que liga uma obra a outra.

Em última análise, trata-se de onde e como as pessoas experimentam suas condições de vida, como as definem e a ela respondem o que, para Thompson, vai definir a razão de cada modo de produção ser também uma cultura, e cada luta entre as classes ser sempre uma luta entre modalidades culturais. E isto, para Williams, constitui aquilo que, em última instância, a análise cultural deve oferecer. Na experiência, todas as práticas se entrecruzam; dentro da cultura todas as práticas se interagem, ainda que de forma desigual e mutuamente determinante. (HALL, 2009, p. 134)

A primeira geração de autores que forma a escola dos Estudos Culturais é sucedida pelo jamaicano Stuart Hall, que é citado por muitos autores como o “quarto homem” desta corrente, o que levou adiante o trabalho iniciado pelo seu mentor, Richard Hoggart, e também conhecido como o “intelectual diaspórico”. É assim considerado não apenas por ter nascido na Jamaica e mudado para a Inglaterra – onde alavancou boa parte dos seus estudos –, mas também por ter direcionado a parte mais significativa de sua atenção à pesquisa envolvendo imigrantes e à forma

como se adaptam em países diferentes dos que nasceram. Sua experiência como imigrante e negro em terras britânicas foi fundamental para a realização do trabalho teórico que desenvolveu.

Em seus artigos (boa parte deles publicada separadamente em revistas e periódicos), Hall analisa o comportamento dos imigrantes para preservar, nas nações em que vivem, a cultura do país onde nasceram. Não apenas o esforço de adequação própria, mas também em adaptar o ambiente às suas necessidades culturais.

Hall desenvolve o conceito de hibridização cultural, falando sobre a forma como elas se influenciam mutuamente, gerando novas formas culturais em uma espécie de círculo vicioso e impossível de ser localizado no tempo e no espaço. “As culturas, é claro, têm seus ‘locais’. Porém, não é mais tão fácil dizer de onde elas se originam. O que podemos mapear é mais semelhante a um processo de repetição-com-diferença, ou de reciprocidade-sem-começo” (HALL, 2009, p. 36).

Tanto as pesquisas relacionadas ao operariado realizadas por Hoggart e Thompson, quanto o esforço em conceituar o próprio termo “cultura” empreendido por Williams e os trabalhos de Hall sobre os imigrantes e as demais “minorias” estão, direta ou indiretamente, ligadas ao aspecto político da cultura. E uma das influências mais claras sobre esta nova forma de pensar os processos comunicativos foi o surgimento da Nova Esquerda na Inglaterra, “um movimento político fortemente socialista, anti-imperialista, antirracista, favorável à nacionalização das principais indústrias e da abolição do privilégio econômico e social” (SCHULMAN, 2006, p.186). Engajados em causas de grande porte – como o desarmamento nuclear – e empenhados em melhorar a qualidade de vida das classes operárias por meio do estímulo do desenvolvimento social e cultural destas pessoas, os estudiosos de Birmingham integraram este movimento, contribuindo de diversas formas.

Sua participação se dava não apenas por meio de publicações aleatórias e produção teórica envolvendo as causas discutidas pela Nova Esquerda, mas também através de uma revista, com a qual parte deles contribuiu diretamente. A *New Left Review* teve como seu primeiro editor Stuart Hall, que mais tarde veio também a suceder Hoggart na direção do CCCS. Como um veículo que visava trazer mudanças na dimensão política e social de um país, a revista tinha argumentos principalmente voltados à necessidade de “um sistema de comunicação mais

expressivo da cultura de massa e menos preocupado com distinções elitistas tradicionais entre baixa e alta cultura” (SCHULMAN, 2006, p.191).

Este engajamento com causas sociais – como a própria Nova Esquerda – é o que diferencia os Estudos Culturais de muitas outras correntes teóricas e o que faz dela, na maior parte do tempo, uma escola mais política do que analítica. Nas palavras do próprio Hall, a escola “têm chamado a atenção não apenas devido ao seu desenvolvimento interno teórico por vezes estonteante, mas por manter questões políticas e teóricas numa tensão não resolvida e permanente. Os estudos culturais permitem que essas questões se irriem, se perturbem e se incomodem reciprocamente, sem insistir numa clausura teórica final.” (HALL, 2009, p. 200). E, embora os conflitos entre as nações não sejam o fator mais determinante das pesquisas, o contexto do pós-guerra e as necessidades modernas relacionadas às minorias influenciou a definição das problemáticas dos *Cultural Studies*.

Foram relacionados a estas minorias sociais os dois momentos considerados por Hall como importantes rupturas empreendidas sobre o CCCS e os Estudos Culturais britânicos em geral. A primeira delas está relacionada ao momento em quem as mulheres passaram a demonstrar maior participação no campo teórico e intelectual, buscando seu espaço no meio acadêmico. “A intervenção do feminismo foi específica e decisiva para os estudos culturais (...). Introduziu uma ruptura. Reorganizou o campo de maneiras bastante completas” (HALL, 2009, p. 196). O outro momento relevante diz respeito às questões de raça, que levaram os pesquisadores a dar mais atenção a políticas raciais e a trabalhos sobre o racismo.

Ora concordando, ora discordando, o marxismo e suas releituras também tiveram influências marcantes sobre os estudos culturais. Mas, os dois paradigmas decisivos na redefinição e nas rupturas empreendidas nos Estudos Culturais foram o culturalismo e o estruturalismo.

A importância da linguagem, claramente definida como um dos principais objetos de estudo do Estruturalismo, foi um fator de imprescindível participação nas pesquisas dos Estudos Culturais, principalmente nas de Williams, que consideravam as características linguísticas muito mais importantes na determinação de uma cultura do que a semelhança de classes. Isso também foi determinante na trajetória da escola, num momento que Hall chama de “virada linguística”, que ele define como “a descoberta da discursividade, da textualidade” (HALL, 2009, p. 198).

Mas apesar da participação dos pensadores estruturalistas e da influência de Levi-Strauss e Althusser (com seu estruturalismo marxista), e da guinada para análise da influência da ideologia sobre as pesquisas culturais, predomina como paradigma principal sobre os estudos culturais, o paradigma culturalista, que “conceitua a cultura como algo que se entrelaça a todas as práticas sociais; e essas práticas, por sua vez, como uma forma comum de atividade humana”, (HALL, 2009, p. 133) trazendo a cultura como centro das atenções, em detrimento da ideologia.

Apesar das influências que recebeu e da institucionalização dos Estudos Culturais em Birmingham, por meio da fundação do CCCS, os próprios pesquisadores (especialmente Stuart Hall) preferem considerar seus estudos como algo não necessariamente articulado. Visualizam os *Cultural Studies* menos como uma vertente teórica e mais como um conjunto de pesquisas individualizadas, cada uma com seu objeto de investigação particular, separado, tendo como elemento de unificação apenas o fato de que são todos trabalhos que analisam a comunicação e o comportamento social sob ângulos parecidos.

Os estudos culturais abarcam discursos múltiplos, bem como numerosas histórias distintas. Compreendem um conjunto de formações, com suas diferentes conjunturas e momentos do passado. (...) Consistindo sempre num conjunto de formações instáveis, encontravam-se “centrados” apenas entre aspas, de um modo particular que tentarei definir em seguida. Os estudos culturais tiveram uma grande diversidade de trajetórias: muitos seguiram e seguem percursos distintos no seu interior; foram construídos por um número de metodologias e posicionamentos teóricos diferentes, todos em contenção uns com os outros. O trabalho teórico do Centre for Contemporary Cultural Studies era mais apropriadamente chamado de ‘ruído teórico’, sendo acompanhado por uma quantidade razoável de sentimentos negativos, discussões, ansiedades instáveis e silêncios irados (HALL, 2009, p. 189)

Apesar da insistência de Hall em querer caracterizar os Estudos Culturais como um “ruído teórico”, não como uma escola de pensamento, ele mesmo deixa claro que isso não dá margem a considerá-la um grupo desorganizado, quando diz que, “apesar do projeto dos estudos culturais se caracterizar pela abertura, não se pode reduzir [*a escola*] a um pluralismo simplista” (HALL, 2009, p. 189).

Também não é possível dizer que os *Cultural Studies* se resumem a uma escola teórica que se inclui apenas em uma determinada área do conhecimento – a antropologia, a sociologia, ou a própria comunicação. Contudo, sua contribuição para os estudos das comunicações é inegável, tanto no âmbito dos procedimentos de pesquisa quanto do fornecimento de subsídios teóricos para as pesquisas subsequentes. As análises realizadas por Hoggart da informação direcionada aos operários e da forma como estes a recebiam é um bom exemplo de como estes

pesquisadores se preocupavam com as “consequências” das notícias no ambiente a que são direcionadas. O espaço, as condições e a própria situação da recepção das informações dos meios de comunicação se configurou como um dos principais objetos de pesquisa dos Estudos Culturais.

Foi a questão da importância do ambiente receptivo e do papel do receptor no processo comunicativo um dos principais legados dos Estudos Culturais e um dos motivos para as pesquisas desta vertente teórica terem se espalhado e influenciado pesquisadores em todo o mundo. Os Estudos de Recepção, desenvolvidos amplamente na América Latina, são um exemplo de influência que trouxe grandes desenvolvimentos teóricos para a área da Comunicação.

3.1.2. Estudos Culturais e Recepção

Os Estudos Culturais analisam a sociedade de uma perspectiva própria. Por meio de pesquisas qualitativas, levam em consideração a população como sujeitos sociais, abrindo espaços para as análises das minorias, da classe trabalhadora, dos imigrantes. Um dos diferenciais desta perspectiva é a preocupação com a cultura de cada setor da sociedade e a forma como estes segmentos percebem as situações do seu cotidiano. Como estruturam seu dia a dia? Como os imigrantes adaptam-se e adaptam o novo lar à sua cultura? Como a mulher encara a vida moderna e como se insere nos meios que antes eram majoritariamente masculinos? Como elas lidam com esta mudança de posição? Como a classe trabalhadora recebe as notícias veiculadas pela imprensa? Como os operários recebem a comunicação segmentada direcionada a eles? Como os negros lidam com a situação racista com que muitos se deparam em determinados momentos profissionais e pessoais?

Para responder a estas e outras questões colocadas pelos pesquisadores da escola de Birmingham e dos Estudos Culturais em geral, é preciso voltar o olhar para os sujeitos destas situações levantadas, mas considerando-os como sujeitos, de fato. Uma das formas utilizadas para tanto é a realização de análises da comunicação que as envolve e a forma como interpretam o mundo que as cerca.

Já nos trabalhos de Hoggart é possível visualizar uma preocupação com a forma como os operários recebiam e “digeriam” as notícias que eram produzidas e direcionadas especialmente para a classe. Em seu *The uses of literacy: Aspects of working-class life with special references to publications and entertainments*, ele “estuda o que a cultura de massa faz com o mundo da cotidianidade popular e a forma como aquela cultura é percebida pela experiência operária. Na primeira parte Hoggart investiga por dentro, a partir da vida cotidiana da classe operária inglesa, aquilo que configura o mundo vivo da *experiência* popular” (MARTIN-BARBERO, 1997, p. 107). O autor se insere no cotidiano operário e percebe a cultura na sua forma natural de existência. Analisa, assim, a forma como aquela população encara o processo comunicativo.

As pesquisas de audiência televisiva estiveram entre as primeiras formas de estudos da recepção utilizada pelos Estudos Culturais. Mas, a semelhança principal entre ambos é relativa à maneira de encarar os indivíduos como sujeitos dos processos – sociais ou comunicativos – e não

apenas como passivos. A noção de codificação e decodificação cunhada especialmente por Stuart Hall também inspirou o desenvolvimento dos estudos de recepção. De acordo com o raciocínio do pesquisador, uma informação não pode ser simplesmente recebida no formato exato que foi transmitida. Ela passa por um processo de “decodificação” para depois ser entendida e utilizada.

Antes que essa mensagem possa ter um “efeito” (qualquer que seja sua definição), satisfaça uma “necessidade” ou tenha um “uso”, deve primeiro ser apropriada como um discurso significativo e ser significativamente decodificada. É esse conjunto de significados decodificados que tem um efeito, influencia, entretém, instrui ou persuade, com conseqüências mentais muito complexas. (HALL, 2009, p. 368)

Embora utilizadas pelos pesquisadores britânicos, as análises receptivas transcendem esta escola e são, hoje, presentes em muito mais pesquisas do que as de Birmingham. “Apesar de os estudos culturais terem contribuído muito para lhe conferir visibilidade, a problemática da recepção é um canteiro que os ultrapassa. Objetos, pressupostos epistemológicos e estratégias de pesquisa muito diversos se margeiam, se casam, se remetem um ao outro ou se entrechocam” (MATTELART e NEVEU, 2004, p. 98).

Os estudos de recepção foram amplamente utilizados na América Latina, onde passaram a ser uma das formas de pesquisa mais empregadas para analisar os grupos sociais em relação à comunicação. Alavancada por pesquisadores como Jesús Martín-Barbero, Nestor García Canclini e Guillermo Orozco, a temática da recepção recebeu contribuições teóricas que ampliaram sua forma de utilização e permitiram importantes avanços nas análises comunicativas.

Os pesquisadores latino-americanos buscaram analisar o processo inteiro da comunicação dando à recepção o status não apenas de uma parte do processo comunicativo, como ela era encarada, mas analisando-a como um processo inteiro, que depende de diversos fatores. O conceito de “mediação”, que se aproxima ao de decodificação de Hall, passou a ser utilizado como um processo que interfere na comunicação e os resultados desta sobre o indivíduo que recebe a mensagem.

Assim, a comunicação se tornou para nós questão de *mediações* mais do que de meios, questão de *cultura* e, portanto, não só de conhecimentos, mas de “re-conhecimento”. Um reconhecimento que foi, de início, operação de deslocamento metodológico para rever o processo inteiro da comunicação a partir do seu outro lado, o da recepção, o das resistências que aí tem seu lugar, o da apropriação a partir de seus usos. (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 16).

Este conceito dá conta de que fatores como os “destempos”, os conhecimentos prévios e a situação da recepção influenciam a forma como a mensagem transmitida é entendida por quem a

recebe. A ideia de que a história só tem um sentido e uma direção faz com que a “multiplicidade de temporalidades” implícitas no processo comunicativo deixe de ser levada em consideração, mas prejudica o processo inteiro. A mensagem é transmitida em um determinado contexto e é passível de mudanças se levados em consideração os processos de transição entre o emissor e o receptor.

Também devem ser levadas em consideração as condições em que o momento receptivo acontece: o tempo em que isso ocorre, as mudanças de um contexto para o outro, as condições em que vive o receptor, suas experiências anteriores que lhe permitem ver a mensagem de forma distinta da objetivada pelo emissor. Essa premissa já era defendida por Stuart Hall em algumas de suas pesquisas.

A falta de adequação entre os códigos tem a ver em grande parte com as diferenças estruturais de relação e posição entre transmissores e audiências, mas também tem algo a ver com a assimetria entre os códigos da “fonte” e do “receptor” no momento da transformação para dentro e para fora da forma discursiva. O que são chamadas de “distorções” ou “mal-entendidos” surgem precisamente da *falta de equivalência* entre os dois lados na troca comunicativa. (HALL, 2009, p. 369).

Nas análises de recepção, não apenas a metodologia utilizada é a qualitativa, mas também é importante que os indivíduos que estão sendo pesquisados estejam em seu ambiente “natural”. “Fica claro que não podemos desvincular o receptor de seu espaço social de recepção e que esse espaço social é diferenciado e institui sociabilidades e modalidades diferenciadas de recepção” (SOUSA, 1995. p. 119).

Esta metodologia qualitativa e a realização da pesquisa sem retirar os indivíduos que são objetos da investigação de seu espaço social são fundamentais para obter resultados mais fiéis em uma pesquisa de comunicação social.

Para analisar o contato que os moradores de rua do centro da cidade de Curitiba têm com os meios de comunicação, foram utilizadas durante a abordagem dos mesmos metodologias sugeridas pelos Estudos de Recepção e também pelos Estudos Culturais, que permitem obter uma visão mais próxima ao que os próprios indivíduos têm dos meios de comunicação.

Por isso, as entrevistas necessárias para a realização da presente pesquisa foram realizadas em ambientes familiares aos moradores de rua que participaram: nos centros de convivência, nas salas de reunião do MNPR e nas ruas. Este cuidado foi tomado para evitar que a

saída do ambiente influenciasse os resultados da pesquisa e para garantir que os entrevistados ficassem à vontade.

O conceito de “mediação” é utilizado pelos Estudos de Recepção como tudo o que influencia no processo de transmissão das mensagens. Mas não apenas como uma parte deste processo, mas como um procedimento individual. É também definido por Silverstone (2005) como um movimento de significado de um texto a outro discurso, um movimento entre espaços de interação que não tem autoria, não começa, nem termina. Estes processos de circulação de significados nos espaços de circulação também foi valorizado no momento da pesquisa, para que os “destempos” – uma das formas de mediação sugeridas por Barbero – e os demais pontos que influenciam o processo comunicativo fossem levados em consideração no momento da análise.

Esses *destempos* estão presentes neste contato da população de rua com os meios de comunicação. Um dos principais é a diferença entre as realidades desta população e a dos produtores de notícias. As diferentes experiências de vida fazem com que as bagagens de informação carregadas por quem vive nestas condições seja muito diferente do cotidiano de quem está nas redações e estúdios de rádio e TV, o que faz com que o sentido da informação seja muito diferenciado para ambos.

É exatamente por este grande destempo na comunicação que se justifica a colocação da população de rua como um dos segmentos sociais chamados subalternos, valorizados pela perspectiva dos Estudos Culturais e passíveis de investigação sob os principais pontos debatidos nos Estudos de Recepção. A própria página do Movimento coloca a população de rua como um grupo que tem

um conjunto de reivindicações provocadas pela violação e negação dos direitos das pessoas que no desespero extremo acabam por ter a rua como único lugar de moradia e sobrevivência, onde as violações dos direitos se intensificam.¹⁴

Desta forma, entende-se que a melhor maneira de analisar o contato entre estas pessoas e os meios de comunicação é através de suas perspectivas, de sua visão da situação, utilizando os meios que os colocam como sujeitos, sugeridos pelas perspectivas e pela escola já citada.

¹⁴ Disponível em: http://www.falarua.org/index.php?option=com_content&view=article&id=62&Itemid=80. Acesso em 28 de outubro de 2010.

4. RECEPÇÃO DA IMPRENSA PELOS MORADORES DE RUA DE CURITIBA

Para alcançar os objetivos iniciais deste trabalho e analisar *se* e *como* acontece o contato da população curitibana em situação de rua com os meios de comunicação e a informação veiculada por estes foi realizada uma pesquisa envolvendo entrevistas com antigos e atuais moradores de rua, visitas a abrigos e acompanhamento de entidades envolvidas com os mesmos.

O primeiro passo foi o contato com a população de rua, por meio de instituições, que funcionaram como mediadoras entre a pesquisadora e os indivíduos pesquisados. O Ministério Público do Estado do Paraná, a Casa dos Pobres Toca de Assis, a ONG Mãos que Apóiam e o próprio Movimento Nacional da População de Rua foram as principais colaboradoras, através da permissão para conversas e entrevistas em suas sedes e orientação sobre as melhores formas de abordagem dos entrevistados.

A proposta deste trabalho não é determinar números nem índices de contato, acesso ou preferência dos indivíduos em situação de rua, mas verificar se existe de fato este contato para estimular uma reflexão sobre a situação da população de rua em relação aos meios de comunicação. Tais características, assim como a metodologia e técnica de entrevistas aplicada faz com que se configure como uma pesquisa qualitativa em ciências humanas, pelo seu “caráter reflexivo da investigação social” (MELLA, 1998, p. 02).

Segundo Orlando Mella, um dos princípios básicos da pesquisa qualitativa é a descrição, já que se estimula que cada detalhe pode ser importante para a análise da situação. Analisar cada aspecto do ambiente, da situação e toda e qualquer manifestação do indivíduo pode ser vital para uma pesquisa. Ou seja, descrever toda a situação para que o pesquisador possa avaliar cada detalhe, sempre sob a ótica do entrevistado. Segundo ele, “a característica fundamental da investigação qualitativa é sua abordagem explícita de ver os acontecimentos, ações, normas, valores, etc., pela perspectiva de quem está sendo estudado” (MELLA, 1998, p. 04).

No caso desta pesquisa, alguns destes itens foram propositalmente adaptados. Não foi estabelecida previamente uma hipótese de um possível resultado ou dos rumos que a pesquisa tomaria, já que o intuito inicial foi explorar o ambiente e conhecer a relação entre indivíduos e diferentes meios de comunicação, sem nenhuma ideia do que seria descoberto. Ou seja, por se

tratar de um ambiente desconhecido ao pesquisador, a hipótese foi excluída, o que permitiu mais abertura no momento de descobrir os resultados e analisar as entrevistas e o conteúdo reunido durante o trabalho de campo.

O método de abordagem escolhido para a realização desta pesquisa foi a entrevista semi-estruturada, formato em que se pré-estrutura um roteiro de perguntas ou temáticas que devem ser levantadas junto aos sujeitos entrevistados. As perguntas pré-elaboradas variam conforme o andamento da conversação, de acordo com cada entrevistado, já que cada um tem suas experiências e necessidades diferentes de explicitar suas opiniões, que também são particulares.

Nesta pesquisa, o roteiro pré-elaborado trazia uma lista com itens fundamentais para os resultados do trabalho, ligados aos meios de comunicação e à relevância destes junto aos moradores de rua. Durante as entrevistas, os participantes foram estimulados a discutir o assunto e instigados a ampliar a conversa conforme sua necessidade de explicitar uma opinião sobre o tema ou determinado aspecto do assunto (Ver anexo 01).

4.1. Mergulho no Universo da Rua

O primeiro passo desta pesquisa foi realizar uma espécie de mergulho no universo da população de rua. Com o objetivo de conhecer a situação e a rotina básica deste público, foi realizado o contato com as instituições ligadas diretamente aos indivíduos analisados, já citadas no início deste capítulo.

A primeira instituição visitada foi a Casa dos Pobres Toca de Assis, um local direcionado à recuperação e à reinserção dos moradores de rua na sociedade. Voltado apenas para homens acima de trinta anos não viciados em álcool e drogas, a casa abriga cerca de 20 pessoas em período de transição entre a situação de rua e a reintegração social.

Em conversas com os coordenadores do local, foi possível identificar os principais traumas no cotidiano da população de rua, bem como os tópicos que deveriam ser evitados ou levantados com mais cuidado durante as entrevistas, como, por exemplo, os motivos que levaram as pessoas a viverem na rua, a perda do lar e os abusos e o sofrimento proporcionados pelo tempo nas ruas.

Já o Ministério Público do Paraná permitiu a participação da reunião semanal entre a entidade e os representantes e integrantes do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR). O encontro, que é realizado para levantar os principais tópicos relacionados às condições de vida da população em situação de rua – moradia, saúde, educação, tratamento nos abrigos, segurança e resgate social – serviu como ponte para apresentação da pesquisa às principais lideranças de opinião deste público na região central de Curitiba.

Essa participação nas reuniões permitiu uma aproximação com a realidade pesquisada e o conhecimento do cotidiano dos sujeitos deste trabalho, o que, por sua vez, abriu espaço para uma clareza maior no momento de análise dos resultados obtidos.

Por fim, o próprio MNPR o coordenador da ONG Mãos que Apoiam, principal parceira na manutenção das refeições na Casa de Convivência João Dorvalino Borba, foram os facilitadores para apresentação da pesquisa aos indivíduos em situação de rua, relatando quais eram os principais objetivos do trabalho e incentivando a participação e contribuição de um maior número de pessoas.

A partir da familiarização com o meio e com o cotidiano dos indivíduos em situação de rua, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com parte desta população. A primeira parte das abordagens aconteceu individualmente, com os moradores que integram a casa Toca de Assis. Neste primeiro momento, as conversas foram realizadas com pessoas que passam por um período de transição entre a situação de rua e a reintegração com a sociedade. Foram nove entrevistados, todos eles abordados no ambiente do próprio “abrigo”.

Os primeiros nove entrevistados foram abordados como cidadãos que são, sem que a condição de moradores de rua fosse mencionada inicialmente. As conversas foram todas iniciadas ou a partir de uma notícia bastante comentada na semana corrente, ou então iniciando com a questão *“Qual é a última notícia que o senhor lembra-se de ter acompanhado nos meios de comunicação”*. Como propõe a metodologia qualitativa, a partir daí cada abordagem tornou-se particular em cada caso, dependendo da receptividade ou da reação do entrevistado, mas sempre respeitando a base da pesquisa e voltando o assunto para o contato do indivíduo em questão com as informações da imprensa e os meios de comunicação.

Seguindo-se a estas nove abordagens individuais, foram realizadas duas etapas de entrevistas em grupo. A primeira entrevista grupal foi realizada na sede do Ministério Público,

após a reunião semanal do MNPR com os dirigentes e assistentes sociais do local. Participaram deste primeiro grupo quatro pessoas, sendo duas delas moradores de rua integrantes ativas do MNPR e duas delas indivíduos em situação de rua que apenas acompanham as atividades do movimento, mas não são engajadas diretamente.

Nesta ocasião, foi explicitado o intuito da pesquisa como discutir o papel dos meios de comunicação na vida da população de rua e introduzida a conversa por meio de questões relacionadas ao dia a dia da população de rua envolvendo a imprensa.

A segunda entrevista em grupo foi realizada no ambiente de maior familiaridade para os entrevistados, a calçada da rua Desembargador Motta, no Centro de Curitiba, região nas proximidades do Centro de Convivência Casa João Dorvalino Borba. Participaram, na ocasião, oito indivíduos em situação de rua, sendo apenas um deles integrante direto do MNPR. Nesta ocasião, a entrevista foi novamente iniciada explicitando o intuito da pesquisa e incentivando que fosse discutida a importância dos meios de comunicação para a população de rua.

Nos dois casos de grupos de discussão, as conversas duraram cerca de uma hora, enquanto que cada entrevista individual realizada na casa Toca de Assis teve em média 20 minutos de duração. Durante todo o período de visitas e entrevistas, foram também coletadas edições de periódicos voltados especialmente à população de rua e aos moradores do lar Toca de Assis, bem como realizadas conversas com representantes das entidades e pessoas ligadas ao universo da população de rua, como os coordenadores, presidentes de ONGs e representantes do Movimento.

A seguir, será apresentada uma análise do material coletado em todo o trabalho de campo – acompanhamento do cotidiano, visita do Centro de Convivência Casa João Dorvalino Borba, entrevistas individuais e grupais e informativos direcionados à população de rua.

4.2. Comunicação de Rua

Pluralidade de opiniões e comportamentos divergentes diante das informações veiculadas pelos meios de comunicação foram os principais pontos verificados nas falas da população em situação de rua em relação às informações da mídia e imprensa.

A partir do contato com o cotidiano de quem já viveu ou passa as noites nas calçadas, marquises, viadutos e abrigos públicos da região central de Curitiba e durante o dia trabalha e/ou frequenta os centros de convivência mantidos pela Prefeitura Municipal, foi possível perceber que a diferença de opiniões é bastante presente entre os entrevistados, especialmente em relação ao papel dos meios de comunicação na vida da população em situação de rua.

Por meio das entrevistas com nove ex-moradores de rua e 12 pessoas que estão atualmente nesta condição, foi possível perceber níveis de interesse diferenciados, além de alguns aspectos relacionados ao acesso e preferências da população em análise.

Entre os entrevistados que se encontram em momento de transição e reintegração social, o rádio é claramente o meio de comunicação mais visado como veículo de informação e entretenimento. Da mesma forma, o interesse por notícias relacionadas ao “Esporte” é predominante, caracterizando-se como o principal foco de interesse deste público, seguido pela busca por notícias “Locais” e “Policiais”. Os meios de comunicação foram considerados importantes por grande parte dos entrevistados e é perceptível que esses têm um caráter tanto de distração e entretenimento do que de busca de informação. Embora a busca pelas notícias não tenha sido caracterizada como um aspecto primordial ou fundamental no dia a dia desta parcela da população, é possível notar que ela influencia sua rotina, mesmo que indiretamente.

Nestes primeiros nove casos analisados, é possível observar que o acesso aos meios de comunicação se faz possível especialmente dentro do abrigo Toca de Assis, onde é disponibilizado um aparelho de televisão e onde alguns dos moradores possuem aparelhos de rádio, que se tornaram de uso comum por todos os integrantes. Os veículos impressos são acessados apenas quando um dos indivíduos adquire ou então quando são disponibilizados nos trabalhos de cada um deles ou encontrados nas ruas.

Já entre os indivíduos caracterizados como vivendo atualmente em situação de rua, não existe um destaque para o rádio como meio de comunicação preferencial. Segundo menção de alguns dos indivíduos entrevistados, o rádio é o veículo de mais difícil acesso a esta população. A televisão está presente nos abrigos e nos centros de convivência, assim como exemplares de jornais que são distribuição gratuita. Demais jornais e revistas são visualizados nas ruas, através de exemplares descartados pelos consumidores.

As capas de jornais diários expostas nas bancas de revistas são também uma das maneiras utilizadas pelos moradores de rua em busca de informação. Conforme trecho de uma das abordagens realizadas, um dos entrevistados frisou que a atualização diária da população de rua ocorre durante os períodos de espera nas filas pela alimentação, lazer ou abrigo:

A gente já vê as capas dos jornais aqui na banquinha. Ali na esquina [*nas proximidades do Centro de Convivência João Dorvalino Borba*] tem uma banquinha que a gente passa quando vem pra fila pra entrar na casa. Aí a gente sempre passa por ali, pra ficar vendo o que que tem no jornal. Tem que ver o que está acontecendo, né, senão depois o outro comenta e ‘fica feio’ se eu não sei do que ele ‘tá falando.’¹⁵

O entrevistado menciona ainda que, caso uma determinada manchete lhe chame a atenção e ele tenha recursos, faz questão de comprar o jornal e levá-lo para o Centro de Convivência para ler a matéria e conversar sobre o assunto tratado na notícia.

Assim como verificado entre os ex-moradores de rua, os assuntos relacionados ao “esporte” e notícias locais também figuram como preferenciais entre os temas que chamam a atenção da população em situação de rua, acrescentando apenas as notícias sobre drogas e violência e sobre políticas públicas destinadas às classes mais desfavorecidas como fatores que recebem atenção especial desta população.

Nos últimos anos, as atividades do Movimento Nacional da População de Rua tornaram-se também um foco de interesse da população em geral, por se tratar de um assunto que os atinge diretamente. Foi consenso entre os entrevistados que matérias envolvendo o movimento ou tratando da população em situação de rua são as principais temáticas que atraem a atenção deste público. Trecho da entrevista confirma esta afirmação:

Como a gente não tem muito acesso a notícias do povo de rua, então a gente fica atento cada vez que passa. Quando vê que ‘tá passando, ou sabe que vai passar, um já chama o outro pra todo mundo ver e pra todo mundo saber o que o movimento ‘tá fazendo, pra tentar fazer a sua parte.’¹⁶

Este direcionamento demonstra que, ao contrário do que se pode imaginar pelo senso comum, existe sim uma certa busca por parte da população em situação de rua pelas informações da imprensa, não de uma forma desordenada ou desprendida, mas em geral filtrada de acordo

¹⁵ Trecho da fala de um dos entrevistados na abordagem realizada com oito pessoas em situação de rua em 19 de setembro de 2010 como parte do presente trabalho.

¹⁶ Trecho da fala de um dos entrevistados na abordagem realizada com oito pessoas em situação de rua em 19 de setembro de 2010 como parte do presente trabalho.

com seu universo de interesses. Este recorte de assuntos de interesse da população de rua é que se caracterizam como as mediações citadas pelos Estudos de Recepção. A preferência por conteúdos que envolvam pessoas na mesma situação de ausência de moradia, políticas públicas direcionadas aos povos menos favorecidos, drogas e violência demonstra quais são os principais focos de interesse geral dos entrevistados que são os elementos deste universo.

Essa preferência por notícias ligadas diretamente ao seu círculo social determina uma das mediações no processo comunicativo: o recorte e o acompanhamento apenas daquilo que faz sentido dentro do círculo de convivência destas pessoas.

Fato ocorrido durante uma das reuniões no Ministério Público exemplifica uma das diferentes formas como a imprensa e a mídia se insere no dia a dia de quem mora nas ruas de Curitiba. Um dos integrantes mais ativos do movimento, que normalmente não faltava às reuniões e ao trabalho, deixou de comparecer durante um período de ambas as atividades. Na ocasião, um dos líderes do MNPR comentou ter visto uma notícia no jornal Tribuna do Paraná onde a foto de uma pessoa falecida lembrava a figura do integrante do movimento. Como não dispõem de muitas formas de contato entre eles, além das reuniões e encontros nos abrigos e centros de convivência, algumas das pessoas presentes no encontro programaram uma verificação junto ao Instituto Médico Legal para conferir se a pessoa da foto publicada no jornal era de fato o membro do grupo que estava desaparecido.

Na ocasião, foi possível perceber que, embora a busca pela informação não seja um fator de importância básica no cotidiano de quem vive nesta situação, os meios de comunicação se inserem mesmo na comunicação interpessoal da população de rua, mesmo que de forma indireta.

4.2.1 Diferentes Níveis de Envolvimento

Os contatos e as entrevistas realizadas tornam possível sugerir que o posicionamento da população considerada em situação de rua no Centro da capital paranaense se divide em três categorias de interesse, que serão apresentadas a seguir. É provável que alguns indivíduos não se enquadrem diretamente em nenhuma delas. Entretanto, serão consideradas primeiramente as seguintes classificações: a) *Consumidores Interessados*; b) *Consumidores Ocasionalis*; c) *Indiferentes*.

Enquadram-se na categoria denominada *Consumidores Interessados* os indivíduos que, em suas respostas e atitudes, demonstraram determinação em acompanhar os meios de comunicação em geral e apresentaram opiniões consistentes não apenas sobre as notícias veiculadas, mas também sobre o papel da comunicação na vida da população em situação de rua.

Em geral, os moradores de rua que estão sendo caracterizados como *Consumidores Interessados* das informações da imprensa são frequentadores assíduos dos centros de convivência e dos abrigos municipais, onde realizam suas refeições, buscam entretenimento – jogos, esportes, exibição de filmes, programas de auditório e telejornais, entre outros –, e reúnem-se com demais moradores de rua. Nas entrevistas realizadas para esta pesquisa, manifestaram interesse geral por notícias locais e nacionais, especialmente as relacionadas às políticas públicas direcionadas à sua “classe”. Colocaram-se como cidadãos não só atentos aos meios de comunicação e à qualidade da notícia, mas também conscientes e desconfiados da possibilidade de distorção das informações por parte dos jornalistas.

Encaixam-se nesta categoria em geral os envolvidos com o Movimento Nacional da População de Rua, especialmente os dirigentes, embora não apenas estes. Os entrevistados que podem ser definidos como *Consumidores Interessados* das informações da imprensa e da mídia são os que acompanham diariamente as capas de jornais nas bancas de revistas, os que acompanham os programas jornalísticos exibidos nas televisões dos abrigos e centros de convivência e os que chamam a atenção dos demais para as notícias relacionadas à sua realidade.

Em geral, os indivíduos que possuem este nível de envolvimento com os meios de comunicação trabalham também como mediadores, tradutores ou “líderes de opinião”¹⁷ entre as pessoas em situação de rua. São aqueles que oferecem uma determinada leitura da realidade, ou mesmo das notícias dos meios de comunicação; os mais envolvidos com causas sociais e que buscam melhorias de condições de vida para a população em situação de rua, especialmente os membros do MNPR. Entre os *Consumidores Interessados*, é possível destacar estes que atuam não apenas como tal, mas que direcionam a sua atenção para divulgar o conhecimento entre os

¹⁷ Embora o conceito de líderes de opinião seja clássica da perspectiva funcionalista, diferente dos Estudos de Recepção que estão fundamentando esta pesquisa, trata-se de uma expressão que define bem a relação entre uma minoria dos indivíduos estudados e o restante deles. Uma relação de confiança na opinião de alguns que gera um posicionamento dos demais.

demais, falando sobre as notícias, tornando assunto de conversas os temas vistos em jornais e na televisão e mostrando ou indicando um determinado conteúdo para quem estiver interesse.

Em determinados casos nesta categoria seria possível ir além do conceito de “interesse” e sugerir que o entrevistado manifestou também uma “preocupação” com a escolha de assuntos que a imprensa trata e com o enfoque dado aos assuntos relacionados à população de rua como um todo. Em algumas entrevistas, é possível destacar trechos como o seguinte, que denota tal preocupação e demonstra a caracterização de algumas destas pessoas como intérpretes das informações veiculadas pelos meios de comunicação. Questionado sobre a sua opinião a respeito do enfoque dado pela imprensa aos moradores de rua, um dos entrevistados fez questão de opinar de forma mais enfática que os demais:

Eu quero falar um pouco sobre isso. Essa situação sobre a população de rua nos jornais não existe. Existe a TV Educativa [*Emissora de televisão pública estatal do Paraná*] que sempre está lá quando a gente faz os nossos fóruns [*Evento fixo promovido pelo MNPR*]. Agora, nosso encontro com o presidente, lá em Brasília, também passou no Jornal Nacional. E tem O Trecheiro [*Jornal produzido pelo MNPR e voltado exclusivamente à população de rua*], que tem esse problema de só sair uma vez por mês. Veja só, a nossa última notícia aqui é de agosto, do mês passado. Então, não ‘tá atualizado. Então eu vejo da seguinte forma: morreu alguém de frio, aparece no jornal. Morreu alguém, assaltou alguém embaixo do viaduto, aparece no jornal. Não existe um meio que fale sobre a gente. Às vezes tenho vontade de fazer uma denuncia no jornal, não tem muito o que fazer. Essa informação sobre o morador de rua, ela não existe, e nós temos condição de ter essa informação¹⁸.

Além da mediação entre informação da imprensa e moradores de rua – no sentido de levar a informação, gerar discussões sobre ela e sugerir posicionamentos sobre determinados assuntos veiculados nos meios de comunicação – os líderes de opinião deste grupo social atuam também como mediadores no sentido oposto, levando a informação do seu cotidiano para os produtores de notícias.

Na ocasião citada no início deste capítulo, envolvendo o desaparecimento de um dos moradores de rua, os indivíduos que incentivaram a confirmação da notícia e a busca por quem estava desaparecido, destacam-se como mediadores da comunicação e organizadores da informação, já que, de posse de um jornal com a notícia que poderia ser de interesse dos presentes na reunião, fizeram a ponte entre o veículo e o público.

¹⁸ Trecho da fala de um dos entrevistados na abordagem realizada com quatro pessoas em situação de rua em 15 de setembro de 2010 como parte do presente trabalho.

Estas figuras específicas se aproximam do que o autor Alberto Melucci (1996) chama de “minoria ativa”, neste caso, um grupo pequeno de sujeitos dos movimentos sociais com maior capacidade de interpretação que uma “maioria crítica”, um grupo mais capacitado para organizar e interpretar as informações, tornando-as de mais fácil acesso para os demais integrantes de um mesmo coletivo. Em geral, tratam-se também dos principais incentivadores da organização de um veículo de comunicação próprio.

Com frequência, aqueles que falam pelo coletivo e aqueles que representam o Movimento – os principais coordenadores do MNPR – são contatados por jornalistas dos principais veículos de comunicação de Curitiba para entrevistas sobre temas diversos, nem sempre relacionados diretamente com a população de rua, mas também consultando a opinião deste grupo sobre determinada discussão em andamento na imprensa.

O segundo grupo que pode ser mencionado entre os moradores de rua entrevistados é o grupo de *Consumidores Ocasionalis* das informações da imprensa. São aquelas pessoas que prestam atenção aos meios de comunicação apenas quando percebem um assunto do seu interesse, ou então quanto o momento permite.

Encaixam-se nesta categoria os moradores de rua que frequentam os abrigos e centros de convivência e nestes lugares, especialmente, têm acesso aos meios de comunicação. Buscam assistir televisão, mas não necessariamente preferem programas educativos ou de jornalismo. Acompanham as notícias sobre esportes – especialmente sobre futebol e a situação dos times locais nos campeonatos – e prestam atenção quando a imprensa veicula notícias sobre a população em situação de rua ou assuntos gerais de seu interesse – políticas públicas e reportagens com temas locais, policiais ou sobre drogas foram os principais assuntos mencionados –, mas não necessariamente saindo em busca da informação.

Para os indivíduos em situação de rua no Centro de Curitiba que se encaixam nesta definição de *Consumidores Ocasionalis* das informações da imprensa, o acesso ao conteúdo noticioso é considerado importante como forma de atualização, mas não é um aspecto fundamental, vital. Se existir e puder contribuir no dia a dia destas pessoas, ele é considerado importante. Mas, se, eventualmente, os indivíduos não tiverem mais acesso aos meios de comunicação, não se considerarão necessariamente prejudicados.

Para eles, o acesso à televisão e aos jornais tem diferentes intencionalidades, desde a busca por entretenimento, distração ou acompanhamento dos noticiários, mas mesmo os indivíduos que se encaixam nesta categoria não deixam de acompanhar e discutir entre si assuntos que pertencem ao seu foco de interesse.

Suas posições podem ser percebidas nas entrevistas já que, na maior parte do tempo, não manifestaram opiniões concretas sobre os assuntos discutidos nem demonstraram preocupação com a qualidade ou a veracidade das informações da imprensa. Permaneceram em silêncio em uma parte considerável do tempo de duração da entrevista, manifestando-se especialmente quando provocados a falar, em geral concordando com as opiniões manifestadas por alguns dos indivíduos da categoria de *consumidores interessados*, que atuam como líderes de opinião.

No entanto, esta despreocupação não necessariamente denota um desinteresse completo em relação às informações da imprensa, como é verificado no terceiro grupo descrito, o dos indivíduos em situação de rua que podem ser considerados *Indiferentes* ao papel e à atuação dos meios de comunicação.

Este terceiro e último nível de envolvimento é composto ou por indivíduos que não frequentam os abrigos e centros de convivência – nem tampouco buscam as informações dos meios de comunicação por formas alternativas – e também pelos que frequentam esses locais, porém não demonstram o menor sinal de interesse pelas informações veiculadas pela imprensa. Por pessoas que, durante as abordagens, não manifestaram ter opiniões muito claras sobre o assunto, durante a maior parte do tempo mantiveram-se em silêncio e, quando provocados diretamente a responder, em geral concordando ou discordando apenas com acenos e gestos. O silêncio não necessariamente pode significar a falta de opiniões ou indicar que o indivíduo em questão não acompanha as informações ou não tem interesse. Ele pode apenas não ter necessidade ou o desejo de demonstrar seus costumes.

Respostas reticentes ou explicitações nítidas da despreocupação com a informação foram algumas das expressões que permitiram criar esta categoria, como é indicado na transcrição a seguir. Diante de uma longa resposta de um dos moradores de rua sobre a ausência de informações voltadas para seu grupo, os demais são indicados a participar e opinar:

Morador 2: Não sei se tem mais alguma coisa pra acrescentar. Ele resumiu bem, é isso mesmo.

Morador 3: Também não tenho.

*Moradores 4 e 5 apenas acenam negativamente com a cabeça.*¹⁹

Entre os indivíduos categorizados como *Indiferentes*, foi possível perceber um desinteresse por qualquer veículo de comunicação e, no que diz respeito ao conteúdo, a preferência por programas de entretenimento – filmes, desenhos animados, programas de auditório – em detrimento dos jornalísticos, especialmente na televisão. Também nesta categoria, o esporte predomina como principal foco de interesse dentre os assuntos mais buscados.

Este grupo é basicamente influenciado ou informado por meio do primeiro grupo, o dos *Consumidores Interessados*, e, quando se manifesta ou demonstra interesse pela comunicação, em geral isso tem alguma relação com elementos próximos dele. O contato entre estes indivíduos e os mediadores assemelha-se ao conceito de Melucci (1996) que indica que o envolvimento com determinadas causas – neste caso, com a informação – deve haver algum grau de interação com os sujeitos coletivos – neste caso, o MNPR, o Ministério Público e os demais órgãos mediadores –, formando determinadas redes de atores coletivos.

Embora em níveis diferentes de acordo com a categoria em que cada indivíduo em situação de rua se enquadra, é possível perceber – embora não seja possível precisar a causa – um nítido posicionamento de desapego em relação os meios de comunicação. Mesmo nos casos em que ela é citada como importante como meio de informação e que as notícias são determinantes no cotidiano da pessoa, é possível perceber, por meio dos gestos e da fisionomia do entrevistado, um sentimento de desprendimento, como se os meios de comunicação não fossem algo essencial à vida e à sobrevivência do indivíduo. Salvo para os casos em que os líderes de opinião interagem com a produção da notícia e a preocupação em relação às atividades do Movimento Nacional da População de Rua, a imprensa e a mídia parecem não ser definidas como fundamentais, embora afetem, mesmo que indiretamente, o cotidiano desta população.

Esse desprendimento em relação aos meios de comunicação também pode ser interpretado como uma nova mediação que, de certa forma, torna o acesso direto aos meios de comunicação e o consumo da informação diretamente vinda da televisão, do rádio e da imprensa como formas de contatos mediados entre os elementos. Nestes casos, o morador de rua recebe as

¹⁹ Trecho da fala de um dos entrevistados na abordagem realizada com quatro pessoas em situação de rua em 19 de setembro de 2010 como parte do presente trabalho.

notícias por meio de indivíduos intermediários, em conversas nos grupos ocasionais, no trabalho, nos abrigos e albergues, por meio dos educadores sociais, entre outros. Entretanto, o desaparego não necessariamente indica a falta de importância da comunicação na vida dos indivíduos, como é possível perceber na situação descrita no início do capítulo, em que a “minoridade ativa” encontra no jornal uma informação que pode ser uma forma de encontrar um amigo e integrante do grupo.

4.2.2 Veículos Segmentados: o Morador de Rua como Público-Alvo

A ausência de um lar fixo e da infraestrutura que a moradia traz para a vida de uma pessoa cria em torno do morador de rua uma imagem de descomprometimento e de falta de qualquer vínculo social. Por isso, o senso comum – o mesmo que faz com a sociedade os veja ou como vítimas ou como infratores – leva a pensar que este desaparego com entidades que o restante da população considera fundamentais também se estende à instrução, educação e informação da pessoa.

Essa ligação com os meios de comunicação, que se supõe inicialmente não existir, é possível de ser verificada ao primeiro contato com esta população, não apenas em relação jornais, revistas, emissoras de rádio e televisão convencionais. No meio social da situação de rua, ela aparece também nos periódicos segmentados que têm nos moradores de rua o público alvo.

O principal jornal voltado exclusivamente para este público é *O Trecheiro* (Ver anexo 02), uma edição mensal com quatro páginas coloridas no formato Standard, que é produzida no Estado de São Paulo pelo Rede Rua de Comunicação, um coletivo nacional ligado ao Movimento Nacional da População de Rua. Com circulação nacional e tiragem de 50 mil exemplares, o jornal traz informações sobre ações e conquistas do MNPR, políticas públicas voltadas ao público de rua, eventos promovidos por eles e direcionados a eles, artigos relacionados ao cotidiano e reportagens sobre assuntos de interesse direto de quem mora nas ruas das cidades brasileiras.

Este veículo destaca-se pelo alcance que tem entre os moradores de rua e pelo conteúdo, que é trabalhado e pensado em conjunto com o movimento para atingir diretamente seu público, com notícias que tratam de assuntos como a discriminação e as drogas, além de serviços trazendo locais de apoio e informações como orientações sobre doenças que atingem principalmente quem

mora na rua. Durante as entrevistas realizadas para esta pesquisa, foi percebido um grande respeito em relação ao jornal e um reconhecimento pelo trabalho feito para a população de rua, como é possível notar no trecho a seguir:

Ainda bem que tem o Trecheiro, que é onde a gente vê que tem gente pensando em nós. O único problema do Trecheiro é que demora muito tempo até chegar aqui, e que tem só de vez em quando, mas é o nosso jornal. Mas, apesar disso, o pessoal gosta do jornal porque sabe que é um trabalho que é feito pro povo que 'tá na rua²⁰

Além d'O Trecheiro, existem em todo o país jornais direcionados para a população de rua de cada Estado, com notícias também segmentadas de acordo com as atividades realizadas naquela localidade. Em Curitiba, está em andamento durante a realização desta pesquisa o projeto do informativo *A Laje – A Voz do Povo de Rua*, um jornal segmentado voltado para a população de rua da capital paranaense – em parceria entre diversas entidades, como o próprio MNPR, o Ministério Público e o Núcleo de Comunicação e Educação Popular (NCEP) da Universidade Federal do Paraná –, com o objetivo de tratar de assuntos de interesse direto deste público, como notícias, agenda de eventos e serviços de saúde, educação e apoio social a estes indivíduos.

Além da preocupação com o conteúdo e com a participação dos moradores de rua em geral na produção deste informativo local, as lideranças do movimento também demonstram a preocupação com o acesso do público visado pelo veículo, as formas de distribuição e a própria compreensão. Durante as primeiras reuniões para definir o projeto gráfico, um dos líderes frisou a importância de ser um jornal com bastante conteúdo visual – desde fotos, imagens, até ilustrações, charges, tirinhas – para que a parcela deste público que não tem alfabetização também possa atingir. Ou seja, existe também um cuidado para que a informação realmente chegue à totalidade.

Desconhecidos pela população em geral, estes informativos são bastante populares entre o público das ruas e são de grande importância para que esta se sinta reconhecida como público e perceba notícias produzidas diretamente para ela, tendo-a como alvo e não apenas como objeto de assunto. Por meio das entrevistas realizadas para a pesquisa, foi possível perceber que há uma

²⁰ Trecho da fala de um dos entrevistados na abordagem realizada com quatro pessoas em situação de rua em 15 de setembro de 2010 como parte do presente trabalho.

demanda por mais informações de serviço, onde essas pessoas possam buscar apoio e realizar denúncias relacionadas ao tratamento que recebem no cotidiano.

Além da ligação com O Trecheiro, a população em situação de rua de Curitiba apresenta já uma considerável expectativa em relação ao informativo que está sendo desenvolvido na cidade, como é possível perceber na fala de um dos entrevistados:

A gente não tem notícia que fale da gente. Por isso a minha preocupação com a equipe que vai fazer o jornal [*Informativo do MNPR que será produzido no Ministério Público para os moradores de rua de Curitiba*]. Nós temos conteúdo pra fazer um jornal. Temos condições de fazer um bom jornal. Pode demorar, mas vai ser um bom jornal e uma coisa voltada pra gente, pra que a gente possa fazer nossas denúncias, mostrar pro povo de rua o que 'tá acontecendo. Esse jornal é uma das mais fortes armas do movimento para poder denunciar as pessoas interessadas em maltratar, desrespeitar ou se omitir em qualquer situação que venha a estar prejudicando a imagem 'pessoa' do morador de rua.

Ou seja, além do interesse no novo informativo *A Laje* como fonte de informação e de notícias sobre a população de rua, há uma grande expectativa em relação a ele como meio de comunicação e de manifestação das pessoas que vivem nessa condição, como um espaço onde elas também poderão se expressar, seja por meio de depoimentos, perfis, sugestões de assuntos ou produção de textos ou ilustrações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de realizar uma análise do contato entre a população em situação de rua do Centro de Curitiba e as informações dos meios de comunicação em geral, este trabalho permitiu a abordagem direta do público em questão, levantando temáticas relacionadas ao acesso a eles, os focos de interesse e os níveis de envolvimento dos indivíduos que vivem nestas condições com a informação noticiosa. Por meio de uma imersão na realidade do público estudado e de entrevistas realizadas com antigos e atuais moradores de rua, foi possível levantar algumas questões e fazer as seguintes considerações em relação ao contato mencionado anteriormente:

- O contato entre os indivíduos em situação de rua e os meios de comunicação se dá por meio dos aparatos disponibilizados nos abrigos e centros de convivência mantidos por órgãos públicos. São na sua maioria aparelhos de televisão e jornais impressos de distribuição gratuita. O uso de exemplares descartados nas ruas, as capas de jornais e revistas expostas nas bancas de revistas também são meios utilizados para acessar a informação noticiosa, bem como conversas entre grupos de pessoas sobre assuntos noticiados pela imprensa e mídias.

- Esse acesso pode ser deliberado, buscado, ou apenas ocasional, dependendo do nível de interesse da população de rua. Sugere-se que existem três níveis de envolvimento entre a população de rua e os meios de comunicação – bem como as informações produzidas e veiculadas por eles. São os seguintes: a) *Consumidores Interessados*: aqueles que buscam e se preocupam com a informação, e fazem questão de estar bem informados e de discutir com os demais os assuntos visualizados na imprensa; b) *Consumidores Ocasiais*: aqueles que possuem possibilidade de acesso à informação da imprensa e consomem sempre que podem, mas para quem a informação não atua como fator fundamental no dia a dia; c) *Indiferentes*: aqueles que, deliberadamente ou não, não acessam com frequência os meios de comunicação e tampouco fazem questão de acompanhar as notícias veiculadas pela imprensa.

- Assim como em outros grupos sociais, existem entre os moradores de rua pessoas que atuam como líderes de opinião, fazendo disseminar sua posição a respeito de determinados casos e trabalhando como mediadores entre a informação e os moradores em situação de rua, mas também no caminho oposto: das ruas para os veículos de comunicação. Os líderes de opinião são, em geral, integrantes do grupo de *Consumidores Interessados* das informações da imprensa, já que buscam a constante atualização e dão atenção ao que se fala sobre sua classe social nos meios.

- Assim como os líderes de opinião são figuras importantes neste grupo social, o Movimento Nacional da População de Rua e o Ministério Público do Paraná atuam como mediadores entre meios de comunicação e a população de rua. Não apenas mantendo-os atualizados sobre os programas e políticas públicas voltadas para este segmento, mas também atuando como “voz” para os que desejam manifestar opiniões ou divulgar informações aos demais. Ou seja, os envolvidos com o movimento atuam como organizadores da informação, que interpretam e facilitam a chegada das mensagens da imprensa e mídia a esta população, sugerindo enfoques e interpretações.

- Os moradores que podem ser considerados como *Indiferentes* são em geral influenciados pelos *Interessados*, ou seja, tem nestes os mediadores e organizadores da informação e precisam deste incentivo para estar em contato com os meios de comunicação, como sugere Melucci sobre os movimentos sociais. Essa interação entre os indivíduos das duas categorias e os sujeitos coletivos – como o próprio MNPR, o Ministério Público, as ONGs envolvidas e a Ação Social – forma as chamadas redes de atores coletivos. Entretanto, esta colocação não trata do principal foco deste trabalho e pode ser abordada em pesquisas futuras.

- Em termos de conteúdo, os principais focos de interesse da população de rua concentram-se em notícias locais, policiais e esportivas. Temas como drogas, violência, programas e políticas públicas voltadas para o povo de rua são os mais acompanhados e discutidos entre os indivíduos que vivem nesta condição.

- Existe uma preocupação com a atualização das informações e com o acompanhamento das principais notícias, com o objetivo de estarem “sempre bem informados” para poder discutir

os assuntos. Este aspecto foi reforçado pela maioria e, embora seja possível perceber que uma parte significativa dos indivíduos não faz questão de estar em busca de informação na imprensa e mídias, estas são fontes tanto para informação quanto para denúncias e queixas de ausência de tratamento adequado.

- Essa ausência de um tratamento ideal pelos meios de comunicação motiva não apenas discussões e reclamações da população de rua, mas também a mobilização pela criação de veículos próprios como o informativo nacional *O Trecheiro* e o informativo curitibano, produzido paralelamente à execução deste trabalho, *A Laje*.

- Existe uma forte preocupação com enfoque dado às notícias que tratam diretamente da população de rua. A consciência de que os moradores de rua são retratados em geral de forma distorcida ou caluniosa, personificados com marginalização e/ou vitimização é bastante presente e criticada de forma geral e unânime entre os entrevistados para esta pesquisa. A crítica principal é a de que a ausência de notícias sobre o tema só é substituída por notícias sensacionalistas, voltadas para falecimentos de moradores de rua – normalmente no inverno, por conta de baixas temperaturas –, assaltos ou crimes em geral cometidos por supostos indivíduos nesta condição, entre outros casos semelhantes.

- O contato com o universo estudado sugeriu novas possibilidades de pesquisa relacionadas à população em situação de rua. Além do aprofundamento desta pesquisa, uma análise direta dos jornais segmentados direcionados a este público, da linguagem utilizada em seu discurso, do processo de construção das notícias ou mesmo da mensagem transmitida seriam alguns dos temas passíveis de serem estudados analisando a comunicação no contexto da rua. As formas diretas de expressão cultural e a comunicação da população de rua também poderiam render trabalhos interessantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Pesquisa Nacional sobre a população em situação de rua**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/institucional/secretarias/secretaria-de-avaliacao-e-gestao-da-informacao-sagi/arquivo-sagi/pesquisas> Acessos em 21/04/2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. **Política Nacional para Inclusão da Pessoa em Situação de rua**. Disponível em: <http://www.coeptbrasil.org.br/portal/Publico/apresentarArquivo.aspx?ID=2954>. Acesso em 21/04/2010

COULON, Alain. **A Escola de Chicago**. Campinas: Papyrus, 1995.

EAGLETON, Terry. **A ideia de Cultura**. São Paulo: Ed. Unesp, 2005.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. **Estudos Culturais: uma introdução**. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **O que é, afinal, estudos culturais?** Belo Horizonte: Autêntica, 2006

- Fala Rua – Página oficial do Movimento Nacional da População de Rua. Disponível em: www.falarua.org. Acesso em 07.10.2010.

FREITAG, Barbara. **A teoria crítica ontem e hoje**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

HALL, Stuart. SOVIK, Livia (org.). **Da Diáspora. Identidades e Mediações Culturais – Stuart Hall**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **América Latina e os anos recentes: o estudo da recepção em comunicação social**. In: SOUSA, Mauro W. **Sujeito, o lado oculto do receptor**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

MATTELART, Armand e NEVEU, Érik. **Introdução aos Estudos Culturais**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MELLA, Orlando. **Naturaleza Y Orientaciones teórico-metodológicas de La investigación cualitativa**. Artigo disponível em www.reduc.cl/reduc/mella.pdf. (Data de impressão: 29.04.2003)

MELUCCI, Alberto. **Challenging codes. Colletive action in the information age**. Cambridge: University Press, 1996.

SCHULMAN, Norma. **O Centre for Contemporary Cultural Studies da Universidade de Birmingham: uma história intelectual**. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **O que é, afinal, estudos culturais?** Belo Horizonte: Autêntica, 2006

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **O que é, afinal, Estudos Culturais?** Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** São Paulo: Loyola, 2005.

SOUSA, Mauro W. **Sujeito, o lado oculto do receptor.** São Paulo: Brasiliense, 1995.

TRIVINOS, Augusto Nivaldo S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais.** São Paulo: Atlas, 1987.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação.** Lisboa: Presença, 2001.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e cidadãos: Conflitos multiculturais da globalização.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

GADINI, Sérgio L. **Interesses cruzados.** A produção da cultura no jornalismo brasileiro. São Paulo: Paulus, 2009.

NETO, Antonio Fausto e PINTO, Milton José (Org). **O indivíduo e as mídias.** Rio de Janeiro: Ed. Diadorim, 1996.

MARTIN-BARBERO, Jesus. **Dos meios às mediações: Comunicação, cultura e Hegemonia.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo. **Pesquisa em Comunicação.** São Paulo: Loyola, 1997.

PRUDENCIO, Kelly Cristina de Souza. **A Herança da Escola de Chicago e a interpretação do mundo social.** *Paper* apresentado à disciplina Metodologias qualitativas e interpretação de dados. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Universidade Federal de Santa Catarina. 2003.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX.** São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2001.

ANEXO 01

Pré-roteiro para entrevistas individuais ou grupais com moradores de rua

1. Iniciar a entrevista fazendo uma introdução com o formato de uma conversa informal, sugerindo que ele me conte um pouco da sua situação, como foi parar na rua e como é sua vida atualmente.
2. Introduzir a pesquisa questionando se tomaram conhecimento de um determinado fato noticiado na semana das entrevistas.
3. Qual foi a última notícia que lembra de ter lido, ouvido, assistido? Onde ela foi veiculada?
4. Como o entrevistado se informa sobre o que está acontecendo no mundo à sua volta?
5. Como ele sabe das coisas que acontecem ao seu redor?
6. Ele se interessa por notícias? De que tipo?
7. Conversa sobre fatos do dia a dia com alguém? Com quem?
8. Se os jornais deixassem de circular, haveria algum impacto no seu dia a dia? Qual?

ANEXO 02

- Capa do informativo nacional da população de rua, *O Trecheiro*, edição de Setembro e Outubro de 2010

IMPRESSO

O Trecheiro

Ano XIX
Setembro/Outubro 2010 - Nº 191

Notícias do Povo da Rua
Rede Rua de Comunicação - Rua Sampaio Moreira, 110 - Casa 9 - Brás - 03065-010 São Paulo SP - Fone - 3227-8683 - 3311-6642 - redenua@uol.com.br

Cultura da rua ocupa Brasília



Foto: Admar Costa/Rede Rua

— Renata Bessi

Em plena terça-feira (24/08), Congresso Nacional esvaziado, pessoas em situação de rua, organizadas pelo Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), movimentaram as ruas da esplanada dos Ministérios e ocuparam o Palácio do Planalto. A manifestação foi a 2ª Marcha Nacional da População em Situação de Rua, em Brasília. A primeira aconteceu em 2001, em conjunto com o Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável (MNCR). Na época, os movimentos reivindicaram um encontro com o então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, mas o pedido foi ignorado.

De vários lugares do país

Porto Alegre, Curitiba, Londrina, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo, Vitória, Belo Horizonte, Fortaleza e do Distrito Federal mandaram suas representações.

Emerson Ramires dos Santos, 33 anos, deixou seu trabalho com venda de frutos do mar, numa feira livre em Curitiba, para fazer parte da manifestação. “Estou na rua, mas tenho dignidade. Estou aqui reconhecendo que este governo foi o único que abriu as portas para a gente, mas também para manifestar que existe muito a se fazer”.

O ponto inicial de concentração foi a Catedral de Brasília. A música, a teatralidade, o canto, a cultura da rua de várias localidades se fundiram em uma única manifestação. O coordenador nacional do MNPR, Samuel Rodrigues, mandou seu recado em alto e bom som. “Pisem firme neste chão, pois este local não é apenas a sede do poder, é também nossa sede. Precisamos ocupar esta cidade”. E mais, “saímos das ruas das grandes capitais do Brasil e colocamos os pés nas ruas do Distrito Federal para mostrar nossa cara, para mostrar o tratamento que recebemos nas grandes cidades desta nação”.

A passeata percorreu as ruas dos ministérios do Desenvolvimento Agrário, dos Esportes, pela Secretaria de Promoção Racial rumo ao Congresso Na-

cional. Lá, nova parada. Pelo alto falante, o MNPR mandou seu recado, embora a Casa estivesse praticamente vazia. Davi Vieira Araújo, do Ceará, foi contundente. “Não viemos aqui pedir nada, viemos cobrar nossos direitos. Viemos denunciar as mortes que continuam acontecendo”.

O coordenador do MNPR no Rio Grande do Sul, Sérgio Carvalho Borges, colaborou com Davi em sua manifestação. “Estamos aqui por todos aqueles que sofreram violências, estão sofrendo violência e pelos muitos que ainda a enfrentarão de forma silenciosa em suas cidades”. A coordenadora do movimento na Bahia, Maria Lúcia Santos Pereira, lembrou a promessa feita em 2001 de que a população em situação de rua voltaria a Brasília. “Prometemos e aqui estamos. Viemos mostrar nossa unidade”, afirmou.

Para Aníta Gomes dos Santos, da coordenação do MNPR em Belo Horizonte, o fato de o governo ter aberto as portas do palácio para receber a população em situação de rua é diálogo de igual para igual no processo de construção de políticas: é um reconhecimento “de que somos seres humanos”.

A matéria na íntegra e fotos da passeata você pode conferir em www.falarua.org

Gilberto assume compromisso com a habitação para população de rua

O Chefe do Gabinete Pessoal do Presidente da República, Gilberto Carvalho, se comprometeu, durante encontro com o Movimento Nacional da População de Rua, no Palácio do Planalto, na terça-feira (24/08), a empenhar esforços, nesta reta final do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, e trabalhar para consolidar pontos fundamentais que deem mais segurança e estabilidade à população em situação de rua. “Temos que manter nestes quatro meses nossa relação bem intensa para que possamos fechar com chave de ouro este governo”, afirmou.

Um dos pontos citados por Carvalho foi a questão da moradia para a população em situação de rua. Padre Júlio Lancellotti lembrou o fato de o presidente cobrar todo ano, nos tradicionais encontros de final de ano com a população de rua, um projeto na área de habitação. “O presidente Lula não vai ficar feliz se, em dezembro, não tivermos caminhado nada na questão da Habitação. Se não tivermos nada a apresentar será uma vergonha”. O Chefe de Gabinete do presidente concordou. “Padre Júlio tem razão. Vamos levar uma baita bronca do presidente se não apresentarmos nada a vocês”.

Diante de denúncias de violações de Direitos nas capitais brasileiras, por conta das obras já iniciadas para receber a Copa do Mundo de 2014, feitas principalmente por representantes do MNPR do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais, Carvalho assumiu outro compromisso, em nome do presidente Lula. “Não vamos permitir. Deixo aqui nosso compromisso”.



A ideia, elaborada por Padre Júlio, é de que o processo de estruturação da Copa seja inclusivo e não excludente. Por isso, lançou a sugestão de que a população em situação de rua seja preparada como agente de turismo. Carvalho se entusiasmou com a proposta. “Vamos discutir com o Ministério do Turismo. A ideia é excelente, para que não sejam afastados, mas integrados no processo que vai mostrar ao mundo o que é o Brasil”.

O coordenador nacional do MNPR, Anderson Lopes Miranda, fez um apelo às autoridades presentes. “Precisamos que o decreto que institui a Política Nacional para a população em situação de rua seja transformado em lei. Isso para impedir que a Política Nacional seja anulada pelo próximo presidente que vier”. O debate aconteceu logo após a 2ª

Marcha Nacional da População em Situação de Rua, em Brasília. Cerca de 200 pessoas foram recebidas pelo ministro da Secretaria de Direitos Humanos, Paulo Vanucci, pela ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Márcia Lopes, pelo chefe do Gabinete Pessoal do Presidente da República, Gilberto Carvalho, no Palácio do Planalto, e pelo assessor do Gabinete Pessoal do Presidente da República, Diogo Santana.

Seminário
“Trabalho e Geração de Renda para a População em Situação de Rua”
Discute as necessidades e expectativas da população em situação de rua com relação às políticas públicas de geração de renda e trabalho em São Paulo.
Dia: 19 de outubro de 2010
Horário: 8h30 às 13 horas
Local: Rua Diógenes Duarte, 3
Casa de Oração do Povo da Rua
Bairro da Luz